



Universidade Federal de Pernambuco

Centro Acadêmico do Agreste

Curso de Ciências Econômicas



JOHN BERLUSCONI RODRIGUES AZEVEDO

**ESTUDO SOBRE EVOLUÇÕES ECONÔMICAS NA REGIÃO DE
DESENVOLVIMENTO DO AGRESTE
CENTRAL DE PERNAMBUCO
PERÍODO DE 2010-2020**

Caruaru

2021

JOHN BERLUSCONI RODRIGUES AZEVEDO

**ESTUDO SOBRE EVOLUÇÕES ECONÔMICAS NA REGIÃO DE
DESENVOLVIMENTO DO AGRESTE
CENTRAL DE PERNAMBUCO
PERÍODO DE 2010-2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Pernambuco, sendo este
componente fundamental para conclusão da
graduação em Ciências Econômicas.

Área de Concentração: Economia Aplicada

Orientador (a): ANDERSON ISSAO SAITO

Caruaru

2021

JOHN BERLUSCONI RODRIGUES AZEVEDO

**ESTUDO SOBRE EVOLUÇÕES ECONÔMICAS NA REGIÃO DE
DESENVOLVIMENTO DO AGRESTE
CENTRAL DE PERNAMBUCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Pernambuco, sendo este
componente fundamental para conclusão da
graduação em Ciências Econômicas.

Aprovada em: 03/09/2021

Banca Examinadora

Prof. Me. ANDERSON ISSAO SAITO (Orientador)

Núcleo de Gestão

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Msc. ANA PAULA SOBREIRA BEZERRA (Examinador Interno)

Núcleo de Gestão

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^o Dr. KLEBSON HUMBERTO DE LUCENA MOURA (Examinador Interno)

Núcleo de Gestão

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui, aos meus pais, Joseildo Gomes e Maria Gerlanea, por todos os sacrifícios e dificuldades enfrentadas para que eu conseguisse chegar até aqui.

Também agradeço ao meu tio Pe. Joseilson Gomes que sempre se fez presente nos momentos que precisei.

Meu orientador, Prof Anderson Issao Saito, por todas as contribuições, sugestões e paciência para comigo, que foram fundamentais para o término deste trabalho. A cada professor que tive a chance de conhecer nessa jornada.

Aos meus amigos que estiveram comigo em todos os momentos, me ajudando, me incentivando sempre a buscar cada vez mais conhecimento desde o começo do curso: Francisco, Fagner, Jardiael, Jefferson, Jonatha e Leonardo.

RESUMO

Atualmente vemos um cenário político-econômico de grandes mudanças e constantes transformações. Analisar este cenário e entender as variáveis que afetam diretamente e indiretamente a economia de determinado lugar é de grande importância. Nesse contexto, a proposta deste estudo tem como principal objetivo analisar o cenário econômico dos municípios da Região de Desenvolvimento do Agreste Central de Pernambuco no período de 2010 a 2020, bem como as perspectivas econômicas dessa região, fazendo uma análise dos principais desafios enfrentados. A pesquisa pode ser classificada como aplicada, quanto aos fins, é uma pesquisa descritiva, já aos meios empregados é uma pesquisa bibliográfica elaborada com base em livros de economia e trabalhos de conclusão de curso, de artigos de revistas acadêmicas, relatórios financeiros de consulta, sempre respeitando a confidencialidade de fontes e a devida citação a elas quando forem presumidas. A coleta de dados ocorreu a partir de dados secundários dos principais órgãos responsáveis pela divulgação de tais informações. Para atingir o objetivo do trabalho em primeiro momento foi feita uma análise do cenário econômico do Brasil, utilizando-se de livros, revistas e internet. Posteriormente se buscou-se dados referentes aos agentes econômicos dos municípios da RD do Agreste Central, tais como PIB, população, empregos e indicadores sociais. Por fim caracterizar o perfil socioeconômico da Região de Desenvolvimento do Agreste de Pernambuco, de forma a contribuir para a identificação de possíveis tendências econômicas

PALAVRAS-CHAVE: Análise; Cenário econômico; Tendência econômica; Economia; Recessão Econômica; Crise.

ABSTRACT

Currently, we see a political-economic scenario of great changes and constant transformations. Analyzing this scenario and understanding the variables that directly and indirectly affect the economy of a given place is of great importance. In this context, the purpose of this study is to analyze the economic scenario of the municipalities in the Agreste Central Development Region of Pernambuco from 2010 to 2020, as well as the economic perspectives of this region, analyzing the main challenges faced. The research can be classified as applied, in terms of its purposes, it is a descriptive research, while the means used is a bibliographic research based on economics books and course conclusion papers, articles from academic journals, financial reports for consultation, always respecting the confidentiality of sources and the proper citation to them when they are presumed. Data collection took place from Secondary data from the main agencies responsible for disclosing such information. To achieve the objective of the work, at first, an analysis of the economic scenario in Brazil will be carried out, using books, magazines and the internet. Subsequently, data referring to economic agents in the municipalities of the Central Agreste RD will be sought, such as GDP, population, employment and social indicators. Finally, characterize the socioeconomic profile of the Pernambuco Agreste Development Region, in order to contribute to the identification of possible economic trends

KEYWORDS: Analysis; Economic Scenario; Economic Trend; Economy; Economic Recession; Crisis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa dos municípios RD Agreste central.....	39
Tabela 1 -	Indicadores Macroeconômicos anuais.....	18
Tabela 2 -	Economia Mundial: Crescimento.....	21
Tabela 3 -	RD do agreste central: área do território.....	38
Tabela 4 -	RD do Agreste Central: população.....	41
Tabela 5 -	RD do Agreste Central- IDH-M.....	43
Tabela 6 -	RD do Agreste Central- Firjam.....	45
Tabela 7 -	RD do Agreste Central- índice mortalidade infantil.....	47
Tabela 8 -	RD do Agreste Central e PE - número de matrículas por modalidade De ensino.....	50
Tabela 9 -	RD do Agreste Central- notas do IDEB – 4ª Série/5º Ano.....	51
Tabela 10 -	RD do Agreste Central- Notas do IDEB – 8ª Série /9º Ano.....	52
Tabela 11 -	RD do Agreste Central- vítimas de crime violento letal e intencional.....	55
Tabela 12 -	RD do Agreste Central- emprego total por setor.....	64
Tabela 13 -	RD do Agreste Central- rendimento médio real por setor, a preços constante de 2017.....	64
Tabela 14 -	RD do Agreste Central- cinco principais produtos exportados em 2020.....	68
Tabela 15 -	RD do Agreste Central- cinco principais produtos importados em 2020.....	69
Gráfico 1 -	Índice do PIB- Pernambuco, Nordeste e Brasil (2010 a 2020)	22
Gráfico 2 -	Taxa de desemprego trimestral- Pernambuco, Nordeste e Brasil (2012 a 2020).....	28
Gráfico 3 -	Saldo do emprego formal- Pernambuco, Nordeste e Brasil (2010 a 2019).....	29
Gráfico 4 -	Taxa de Juros (Selic).....	29
Gráfico 5 -	Intenções de consumo das famílias.....	31
Gráfico 6 -	Nível de endividamento das famílias (%) – Brasil.....	32
Gráfico 7 -	Demanda do consumidor por crédito – Variação anual – Brasil (Média de 2008 = 100).....	33
Gráfico 8 -	Vendas do comércio varejista (Com ajuste sazonal) – Brasil (índices selecionados)	34
Gráfico 9 -	Vendas serviços – Brasil (índices selecionados)	35
Gráfico 10 -	Produção Física Industrial (por grandes grupos econômicos) – Brasil	36

Gráfico 11 - RD do Agreste Central- Taxa média anual de crescimento da população	42
Gráfico 12 - RD do Agreste Central- Leitos hospitalares por 1.000 habitantes	48
Gráfico 13 - Percentual de alunos matriculados do total do estado para cada modalidade de ensino	50
Gráfico 14 - Evolução do IDEB x Despesas Ensino Fundamental por Aluno RD do Agreste Central	54
Gráfico 15 - Pernambuco e RD do Agreste Central PIB a preços constantes de 2018 (R\$ milhões)	57
Gráfico 16 - RD do Agreste Central- Crescimento real do PIB a preços constantes de 2018.....	58
Gráfico 17 - RD do Agreste Central- PIB per capita a preços correntes	59
Gráfico 18 - RD do Agreste Central- Taxa média do crescimento real do VAB da agropecuária, indústria e serviço a preços correntes	60
Gráfico 19 - RD do Agreste Central- Participação da agropecuária, indústria e serviços no VAB (2010 e 2015), anos com seca a preços básicos	62
Gráfico 20 - RD do Agreste Central- Participação da agropecuária, indústria e serviços no VAB (2003 e 2011) ano sem seca a preços básicos	62
Gráfico 21 - Pernambuco e RD do Agreste Central e Setentrional- FPM a preços constantes de 2020 (R\$ 1.000)	65
Gráfico 22 - RD do Agreste Central- Participação do FPM na receita total a preços constante de 2020 (%)	66
Gráfico 23 - Taxa real de crescimento (IPTU/ISS/ITBI) a preços constante de 2020 (%).....	67
Gráfico 24 - RD do Agreste Central- Número de estabelecimentos por empregados	70
Gráfico 25 - RD do Agreste Central e Setentrional- Classificação de Estabelecimento por porte.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
MTE	Ministério do Trabalho
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
RD	Região de Desenvolvimento

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	12
2	METODOLOGIA.....	14
3	CENÁRIO MACROECONÔMICO DO BRASIL.....	15
3.1	Atividade Econômica.....	15
3.1.1	<i>Produto Interno Bruto.....</i>	16
3.1.2	<i>Emprego.....</i>	22
3.1.3	<i>Famílias, Comércio, Serviço e Indústria.....</i>	26
4	ANÁLISE DE DADOS AGRESTE CENTRAL DE PERAMBUCO.....	34
4.1	Área e Localização da Região de Desenvolvimento (rd) do Agreste Central.....	34
4.2	Perfil populacional.....	36
4.2.1	<i>População total.....</i>	37
4.2.2	<i>Crescimento médio da população.....</i>	38
4.3	Indicadores Sociais.....	39
4.3.1	<i>IDH-M.....</i>	39
4.3.2	<i>Firjan.....</i>	41
4.3.3	<i>Índice de mortalidade infantil.....</i>	43
4.3.4	<i>Número de leitos hospitalares (internação).....</i>	45
4.3.5	<i>Número de matrículas por modalidade de ensino.....</i>	46
4.3.6	<i>Índice da Educação Básica (IDEB).....</i>	47
4.3.7	<i>Vítimas de crime violento letal e intencional.....</i>	51
4.4	Aspectos Econômicos.....	54
4.4.1	<i>Produto interno bruto (PIB).....</i>	54
4.4.2	<i>Perfil setorial.....</i>	57
4.4.3	<i>Mercado de trabalho.....</i>	61
4.4.4	<i>Finanças públicas.....</i>	62

4.4.5	<i>Comércio exterior</i>	66
4.4.6	<i>Estabelecimentos por porte</i>	68
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo caracterizar a evolução econômica da Região de Desenvolvimento (RDs) do Agreste de Pernambuco, de forma a contribuir para a identificação de possíveis tendências econômicas, a partir da utilização de dados secundários. Para isso é importante destacar algumas das políticas adotadas entre 2010-2020, período que é marcado por um cenário de incertezas para a economia brasileira, causado por uma crise econômica e política, e uma crise sanitária e humanitária. Analisando assim os efeitos sobre alguns indicadores econômicos e socioeconômicos, e o seu impacto na Região de Desenvolvimento do Agreste de Pernambuco.

Inicialmente, um amplo levantamento de informações secundárias foi realizado, contemplando informações sociais e econômicas. Neste contexto, foram selecionadas algumas variáveis secundárias para serem abordados neste trabalho. A escolha ocorreu em função da importância, assim como a possibilidade de geração de indicadores que pudessem refletir a real situação da RD. Primeiramente foi realizado uma análise de dados agregados para o Brasil, para verificar os avanços ou retrocessos na economia e, assim verificar os transbordos para a RD.

Esta parte é fundamental, pois com base nos indicadores para o Brasil pode-se ter uma noção de como a economia estava caminhando neste intervalo (2010 a 2020) e assim conseguir, ao lado dos dados coletados para a RD, ter uma noção melhor da situação econômica vivenciada no Agreste de Pernambuco.

Este trabalho está dividido em 4 partes - a primeira parte trata sobre a metodologia abordada no trabalho; a segunda parte trata sobre o cenário macroeconômico do Brasil no período de 2010 a 2020; a terceira trata sobre a análise dos dados da RD do Agreste Central; a quarta e última parte aborda as considerações finais.

O capítulo 3 desse trabalho aborda o cenário econômico do Brasil, nele serão vistos dados sobre o nível de atividade econômica como o PIB, emprego/desemprego, taxa de juros, comércio exterior, etc. A partir das análises foi possível notar que houve bastantes momentos de instabilidade macroeconômicas no período de 2010 a 2020. Basicamente pode-se dar maior ênfase a três momentos distintos enfrentados pela economia brasileira. Com destaque para os anos de 2010 onde o Brasil se recuperava da crise do Subprime e crescia a uma taxa de 7,53% do PIB. Por outro lado, os anos de 2015 e 2016 foi um momento em que o Brasil sofreu com

uma recessão econômica de (-3,55% e -3,28% respectivamente) do PIB, e por fim o ano de 2020 em que o Brasil sofre com a pandemia da COVID-19 e o PIB cai cerca de -4,1% (estimativa).

No capítulo 4 foi feita uma análise dos municípios que compõem a RD do Agreste Central, analisando questões econômicas e sociais. Sobretudo, dando ênfase a aqueles que mostraram destaque relevantes nos indicadores selecionados, fazendo uma comparação entre os respectivos municípios na região de desenvolvimento. Para fins comparativos, os indicadores além de serem construídos para os municípios da RD, foram feitos também para Brasil, região Nordeste e Pernambuco. Neste sentido, pode-se comparar não só a evolução dos municípios com a própria RD, mas também com o estado e o país.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho consistiu na revisão bibliográfica de livros de economia e trabalhos de conclusão de curso, de artigos de revistas acadêmicas, relatórios financeiros de consulta e base de dados oficiais, sempre respeitando a confidencialidade de fontes e a devida citação a elas quando forem pertinentes. Foi utilizada também uma análise de dados secundários dos principais órgãos responsáveis pela divulgação de tais informações, como por exemplo, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Banco Central do Brasil; Ministério do Trabalho; Ministério da Economia; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSus); Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Fundação Getúlio Vargas-Dados (FGV-Dados); Base de Dados do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipeadata); Tesouro Nacional; entre outros.

Com a revisão bibliográfica pretendeu-se aprofundar o conhecimento sobre a evolução da economia ocorridas no período de 2010 a 2020. Para tanto, foi realizado a análise de indicadores socioeconômicos e tendências econômicas, com destaque para a região de desenvolvimento do Agreste Central de Pernambuco.

A partir de dados secundários, foi feita uma sistematização destes e assim, foram criados alguns gráficos e indicadores que possibilitaram retratar a real situação da economia como um todo. Foram feitas também algumas análises estatísticas e econômicas, comparando os dados. Tais informações foram coletadas em sites especializados em informações econômicas e sociais, e por meio de pesquisa bibliográfica.

3 CENÁRIO MACROECONÔMICO DO BRASIL

3.1 Atividade Econômica

O período para a análise do cenário macroeconômico vai 2010 até 2020, período esse que houve bastantes momentos de instabilidades macroeconômicas, ocasionados tantos por eventos internos quanto externos. Dentro dessa perspectiva se faz necessário contextualizar as principais circunstâncias que afetaram o ritmo da economia brasileira, e a partir da compreensão da evolução dos indicadores nacionais se concentrar na análise da RD do Agreste Central de Pernambuco. Também nesta parte, para fins de comparação, sempre que possível incluímos informações para a Região Nordeste e para o Estado de Pernambuco.

Desta forma, procura-se ter uma noção de como a economia brasileira, nordestina e pernambucana se comportaram e só depois compreender o ritmo da região de desenvolvimento de interesse.

No tocante aos dados relacionados ao Brasil, a tabela 1 abaixo, traz os principais indicadores macroeconômicos anuais. Ao analisar a tabela 1, pode-se ter um panorama geral de como se comportou a economia brasileira dentro do período em análise, mas também há informações acerca do futuro, onde é mostrado as previsões dos indicadores até o ano de 2023

Tabela 1 - Indicadores macroeconômicos anuais

Indicador	Período													
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021*	2022*	2023*
1. PIB (%)	7,53	3,97	1,92	3	0,5	-3,55	-3,28	1,32	1,78	1,10	-4,1	2,5	2,11	2,5
2. Inflação (IPCA, % acumulado do ano)	5,91	6,5	5,84	5,91	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52	3,75	3,5	3,25
3. Taxa SELIC (% fim de período)	10,75	11	7,25	10	11	14,25	13,75	7	6,50	4,50	2,0	6,5	6,5	6,5
4. Taxa de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.1 R\$/US\$ (fim de período)	1,7	1,81	2,08	2,34	2,35	3,9	3,37	3,3	3,88	4,1	5,19	5,10	5,20	5,05
4.2 Variação	-2,3	6,47	14,92	12,5	0,43	47,17	-13,59	-2,08	17,57	27,23	26,58	-1,73	1,96	-2,88
5. Balança Comercial (US\$ bilhão) – Saldo	20,3	29,83	15,88	2,55	0,635	20	48	67	58,3	46,6	50,9	105,3	60	61,4
5.1 Exportação (US\$ bilhão)	201,92	256,04	238,97	242,18	228,24	191	185	217	239	224	209,92 1	-	-	-
5.2 Importação (US\$ bilhão)	181,61	226,21	223,09	239,63	227,60 5	171	138	150	181	177	158,92 6	-	-	-
6. Conta Corrente (US\$ bilhão)	-50	-53	-53,31	-79,8	-81,65	-2	-20,35	-10	-14,5	-50,76	-12,5	3	-14,30	-70
7. Investimentos Estrangeiros Diretos (US\$ bilhão)	33	63,2	60	60	60	64	69	80	68	75	34,1	55	65	66

Fonte- Focus, Bradesco e AEB. Nota- (*) previsões. Com relação ao PIB os anos de 2019 e 2020 embora não estejam com asterisco, trata-se também de estimativas.

Ainda de acordo com a tabela 1 é possível ver que o ano de 2010 o PIB teve o seu maior crescimento dentro do período analisado e apresentou a maior queda em 2015 (desconsiderando as previsões). A inflação também teve sua maior taxa de variação em 2015 e nesse mesmo ano a SELIC chegou ao seu maior patamar considerando o mesmo período e teve sua menor taxa no ano de 2020. A taxa de câmbio R\$/US\$ desde 2010 até 2020 vem seguindo uma tendência de alta; já a balança comercial oscilou bastante, no entanto sempre foi positiva evidenciando assim um superávit na mesma, os piores anos da balança comercial foram 2013 e 2014 e logo após ela começou a ter saldos significativos e a previsão é que em 2021 ela bata um recorde de 105,3 bilhões de dólares.

As exportações Brasileiras na maior parte do período analisando ficaram acima dos 200 bilhões de dólares, a conta corrente do Brasil em todo período ficou negativa. Agora sobre os investimentos estrangeiros diretos, na maior parte dos anos seguiu oscilando pouco com destaque para 2010 menor patamar da série analisada e ano em que o mundo vinha se recuperando da crise Subprime (2008-2009) e destaque também para 2020 onde os investimentos tiveram queda significativa e podemos atrelar isso a o início da pandemia da COVID-19. As estimativas mostram uma grande evolução deste indicador já em 2021. Se isso realmente se concretizar contribuirá para que o país consiga atenuar os problemas enfrentados com a pandemia, mas longe de se recuperar totalmente.

Fica evidente com os dados da tabela acima, que o país apresentou três momentos que sobressaíram, ou seja, em que as oscilações foram mais aparentes. Tirando o bom momento vivenciado em 2010, dois outros períodos mostraram grandes preocupações com a economia. O primeiro em 2015, em que o país passou por graves problemas econômicos e políticos e outro no final da série analisada em função da crise global da pandemia. E essas oscilações também como serão vistas no capítulo 4 repercutiu na RD do Agreste de Pernambuco.

3.1.1 Produto Interno Bruto

Nesta análise se faz necessário retroceder um pouco no tempo, pois os eventos observados a partir de 2010 são reflexos da crise ocorrida nos anos de 2008 a 2009, que afetaram mundialmente as economias. Neste intervalo o Brasil conseguiu sair de uma grande instabilidade econômica, conhecida como crise do Subprime, que abalou o mundo com a quebra do maior banco de investimentos do mundo, Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008. A

partir da crise do Subprime (explicar o significado), a piora do ambiente externo e das políticas econômicas promovidas ocasionou na piora do mercado de crédito, das contas externas e do nível de atividade econômica, mas não de forma comprometedora, como ocorreu com o mercado externo em geral.

A reação do governo brasileiro foi à mesma das principais economias mundiais (Estados Unidos, União Europeia, China, etc.), ampliou a oferta de crédito, para isso utilizou as instituições financeiras oficiais, especialmente a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e, especialmente, o BNDES que recebeu grandes volumes de empréstimos do Tesouro Nacional. Também promoveu a queda na taxa básica de juros (SELIC), em seguida foram feitos empréstimos de liquidez concedido pelo Bancos Central, através da troca de títulos públicos por recursos líquidos e troca de hipotecas não liquidadas por títulos públicos e também aumentou o investimento público.

O Banco Central do Brasil, ainda para tentar conter a crise, reduziu os depósitos compulsórios e os juros do redesconto, fazendo com que a oferta de moeda aumentasse na economia brasileira, além disso, interveio no mercado de câmbio ofertando dólares, para tentar conter a desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar com destaque para operações de swap¹, fazendo isso na tentativa de conter a deterioração das contas externas. Subsídios creditícios e fiscais foram amplamente concedidos, com o objetivo de conter a queda do nível de atividade econômica, através do estímulo ao consumo. O objetivo principal da política anticíclica foi o de tentar evitar a contração da renda e do emprego ou, em outras palavras, a piora da recessão.

De modo geral, o fato de o Brasil reconhecer rapidamente a dimensão da crise do Subprime e a rápida reação das autoridades econômicas do país em 2008, conseguiu de fato reduzir o impacto da crise no Brasil, se comparado com o impacto em outros países (ver tabela 02). Com cenários macroeconômicos favoráveis, valorização do petróleo e commodities (matéria-prima) o ano de 2010 foi, segundo Banco Central (2010) marcado por uma maior oferta de crédito, elevação do nível de confiança de investidores e consumidores e recuperação de emprego, tendo o crescimento anual mais acentuado desde 1986.

¹ Swap: operação de derivativos através da qual as partes realizam uma troca de rentabilidade de ativos financeiros predefinidos (indexadores). Essa permuta de indexadores financeiros ocorre com o objetivo de reduzir riscos e de aumentar a previsibilidade para as partes do contrato.

No período de 2010 o PIB brasileiro cresceu 7,5% em relação ao ano anterior, como é possível ver na Tabela 2 abaixo, maior crescimento dentro do período analisado.

Tabela 02 - Economia mundial- crescimento

Países/Regiões	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1. Economias Desenvolvidas	3	1,6	1,12	1,2	1,8	2,1	1,7	2,5	2,3	1,7	1,7
1.1. EUA	2,4	1,8	2,2	1,9	2,4	2,6	1,6	2,4	2,9	2,4	2,1
1.2. Zona do Euro	2	1,4	-0,6	-0,5	0,9	2	1,8	2,5	1,9	2,4	2,1
1.3. Japão	4,5	-0,6	2	1,4	-0,1	1,1	1	1,9	0,8	0,9	0,5
2. Brics	9,5	7,8	6,7	6,5	6,8	3,9	4,2	6,6	6,4	5,9	6
2.1. Brasil	7,53	3,97	1,92	3	0,5	-3,55	-3,28	1,32	1,78	1,10	-4,1
2.2. Rússia	4,3	4,3	3,4	1,3	0,6	-2,8	-0,2	1,6	2,3	1,1	1,9
2.3. Índia	10,1	7,7	4	4,7	7,3	7,9	6,8	7,2	6,8	6,1	7
2.4. China	10,4	9,3	7,8	7,7	7,3	6,9	6,7	6,8	6,6	6,1	5,8
3. América Latina e Caribe	6,2	4,6	3	2,7	1,3	-0,8	-1,4	1,2	1	0,2	1,8
4. Volume de Comércio (Bens e serviços)	12,6	6	2,25	3	3,3	2,7	2,5	5,7	3,6	1,1	3,2
3. Economia Mundial	4,1	2,9	2,5	2,4	2,7	2,7	2,4	3,8	3,6	3	3,4

Fonte- World Economic Outlook

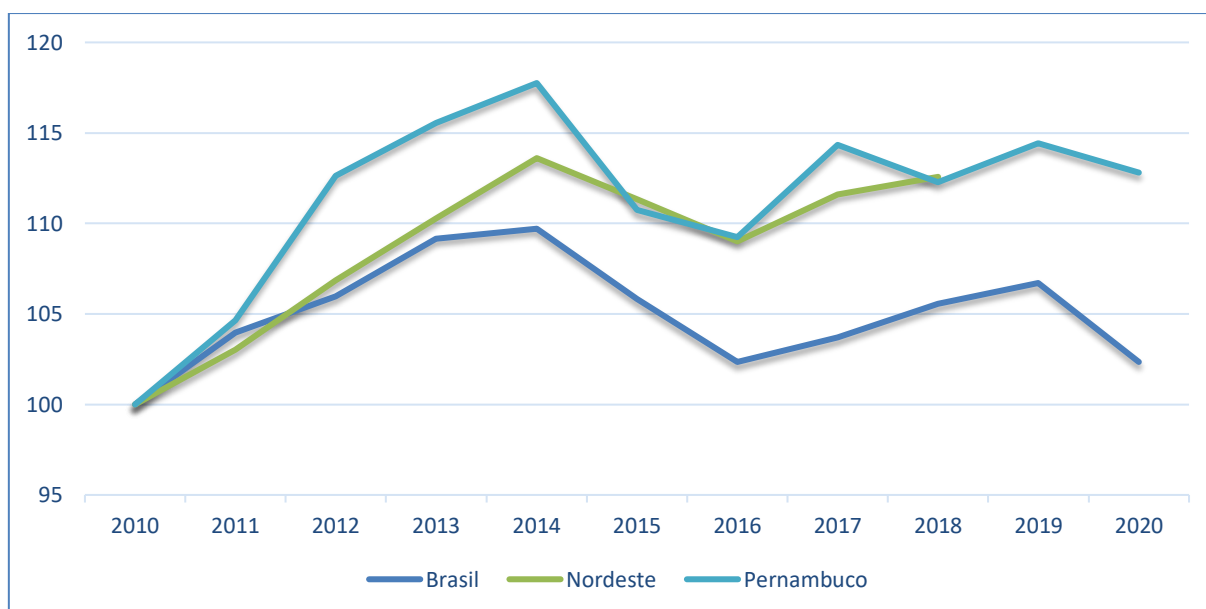
Como é possível ver ainda na tabela 2, o crescimento brasileiro no ano de 2010 foi expressivo, mesmo tendo ficado abaixo de alguns países. Considerando os países selecionados apenas Índia (10,4%) e China (10,3%) tiveram resultados melhores. No período de 2015 até 2020 o Brasil sempre ficou abaixo da taxa de crescimento da economia mundial e do BRICS, vale destacar que em todo o período analisado a Índia e a China sempre ficaram acima da taxa de crescimento do restante do mundo.

No gráfico 1 temos o Índice do PIB a preços de mercado de 2010 até 2020, no período analisado é possível observar que o Brasil teve altos e baixos no seu índice de volume do PIB e é possível observar algumas alterações significativas nesse índice no período analisado.

Ao analisar o gráfico 1 fica evidente que o estado de Pernambuco foi bem menos afetado que o Brasil durante a crise financeira de 2008-2009, pois a partir de 2010, a economia de Pernambuco passou a apresentar desempenho superior à economia do Brasil e do Nordeste, mantendo esse comportamento até o aprofundamento da crise econômica brasileira em 2015. Com efeito, a trajetória de crescimento da economia pernambucana foi subitamente interrompida, de 2015 a 2016, período marcado por uma forte contração econômica do Brasil, Pernambuco fica com uma taxa de crescimento negativa, no entanto o desaquecimento da

economia pernambucana foi de menor intensidade. No ano de 2017 Pernambuco teve uma taxa de crescimento real de aproximadamente 4,7%, ficando acima da taxa do Brasil 1,32%. Em 2018 só Pernambuco registrou uma queda no índice do PIB, 2019 Pernambuco apresenta um crescimento pequeno no entanto maior que o do Brasil, e em 2020 com o início da Pandemia da COVID-19 o Brasil entra em Recessão econômica, Pernambuco registra queda nesse ano, porém essa queda é menor que a do Brasil.

Gráfico 1 - Índice do PIB- Pernambuco, Nordeste e Brasil (2010 a 2020)



Fonte- Elaboração própria. IBGE- Produto Interno Bruto dos Municípios. PIB estimado para os anos de 2019 e 2020.

Já o ano de 2011 foi marcado por uma conjuntura macroeconômica desfavorável, sendo herdada do governo anterior, uma taxa de juros elevada e uma taxa de câmbio altamente apreciado. Já no cenário internacional, após a melhora depois da crise do subprime de 2008, a situação voltou a se a piorar, devido à fraca recuperação da economia americana e à grave crise do euro. Diante desses empecilhos, os países desenvolvidos passaram a apresentar taxas de crescimento muito baixas, diminuindo assim a demanda pelos bens exportados pelo Brasil e, também não pode mais contar com o aumento dos preços das commodities exportadas, que havia beneficiado bastante em anos anteriores.

Os anos de 2011 a 2014 marcam o início de uma fase de desaceleração da economia brasileira, dada à mudança do modelo da política econômica. Alguns aspectos das políticas macroeconômicas foram sendo alterados, como por exemplo, as sucessivas mudanças nas regras de fluxos de capitais estrangeiros e no regime tributário de alguns setores. Segundo o

Banco Central (2011), houve um considerável esforço fiscal, ao mesmo tempo em que a política monetária se tornava restritiva, como consequência dessas combinações de política, o crescimento real do PIB de 2011 foi de 2,7%, inferior ao de 2010 (7,5%).

As políticas adotadas entre (2011-2014) apresentaram alguns problemas, o primeiro foi que o governo decidiu diminuir o seu papel no investimento público nos setores que têm externalidades logísticas e cruciais. No entanto esses setores, como energia e infraestrutura, em menor medida, também ajudavam a sustentar a demanda agregada. O segundo problema foi que o grande alívio tributário para as empresas não expandiu a demanda agregada, porque o investimento privado não respondeu a essas medidas. E o terceiro problema foi porque as isenções fiscais, em conjunto com a desaceleração econômica, reduziram consideravelmente a evolução das receitas tributárias, assim o superávit primário caiu em 2013 e tornou-se negativo em 2014. Essa combinação de menor crescimento dos gastos do governo e transferências e o fato de que a maior parte das isenções fiscais foi dada a empresas que não aumentaram suas despesas de investimento acarretou uma política fiscal menos expansionista se comparada com a do período anterior.

Segundo Gentill e Hermann (2015) as principais políticas foram- as destinadas a elevar a renda disponível das camadas de renda média e baixa; a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para máquinas e equipamentos de setores selecionados, visando reduzir o custo do capital produtivo; desonerações do IPI (para alguns setores), com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas nacionais, como as do regime automotivo, assim como os incentivos à indústria de eletrodomésticos e à indústria da construção civil, via diminuição da tributação sobre o material de construção; e, a desoneração da folha de pagamentos, que atingiu vários setores produtivos e de serviços.

Segundo o Boletim do Banco Central do Brasil 2014, os investimentos, excluindo as variações de estoques, aumentaram 4,7% em 2011, caíram 4,0% em 2012, aumentaram 6,3% em 2013 e recuaram 4,5% em 2014. A produção física da indústria registrou crescimento anual de 0,4% em 2011, recuou 2,6% em 2012, crescimento de 2,3% em 2013 e recuou 3,1% em 2014, segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE.

No ano de 2015 o Brasil teve o pior PIB em 25 anos, saindo de uma taxa de crescimento de 7,5% em 2010 para -3,8% em 2015. Essa queda foi puxada pelo setor de construção, que envolve a parte de infraestrutura e também a imobiliária, com queda de 8%, seguida pela indústria, que obteve uma queda de 6,2%. O setor de serviços, que correspondia a uma fração

expressiva do PIB, sofreu queda de 2,7%, também a queda esteve atrelada ao fraco desempenho do comércio, que recuou 8,9% no referido ano (CURY; CAOLI, 2016).

Segundo o Boletim do Banco Central do Brasil 2015, os investimentos, excluídas as variações de estoques, recuaram 14,1% em 2015, após variarem -4,5% em 2014 e 5,8% em 2013. A produção física da indústria brasileira no ano de 2015 recuou 8,2%, segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE (-3,0% em 2014 e 2,1% em 2013). Houve expansão de 3,9% da produção da indústria extrativa e recuo de 9,8% na indústria de transformação. O volume do setor de serviços decresceu 3,6% em 2015, diante do aumento de 2,5% em 2014.

No ano de 2016 o Brasil passa por um momento delicado, com a troca da presidência do Brasil, marcando assim o início de uma fase de implementação agressiva de reformas econômicas estruturais no país e aprofundamento das políticas fiscal e monetária pró-cíclicas. A PEC do teto de gastos primários, logo nas primeiras semanas de atuação, passou a expressar um dos principais objetivos do novo governo. O principal objetivo foi o de conter a deterioração das contas públicas e controlar a inflação, as quais, pela primeira vez, desde 1994 ano do Plano Real, causavam justificáveis inquietações.

O objetivo da política econômica consistiu na restauração dos fundamentos macroeconômicos, pelo menos a níveis aceitáveis. A política fiscal restritiva adotada, associada a uma política cambial não intervencionista e de juros compatíveis com a realidade inflacionária no país, trouxe de volta a credibilidade do BACEN, ao mesmo tempo em que o esforço fiscal procurou evitar que dívida pública alimentasse uma trajetória explosiva no longo prazo. A condução da política monetária manteve-se, na lógica da ortodoxia econômica por um longo período. A taxa básica de juros (Selic) foi mantida em nível bastante elevado, o que, por sua vez, repercutiu no aumento da taxa real de juros, na medida em que a inflação convergiu para níveis mais baixos.

No ano de 2016 o PIB do Brasil cai 3,6% e a taxa de investimento no Brasil em 2016, em percentual do PIB foi a mais baixa dos últimos 16 anos. Nesse ano, a taxa de investimento público correspondeu a 1,8% do PIB, a taxa mais baixa registrada desde o ano de 2003, enquanto a taxa de investimento privado no mesmo ano foi de 13,7% do PIB.

No ano de 2017 o Brasil apresentou um crescimento real de 1,32% após dois anos consecutivos de retração, a economia começa a se recuperar, no entanto ainda não consegue

repor as perdas da atividade econômica da crise. O volume de investimentos na economia recuou 1,8% em 2017, para cerca de R\$ 1 trilhão. Com isso a taxa de investimento, ou seja, o percentual do valor investido sobre o PIB, ficou em 15,6% em 2017, a menor da série histórica do IBGE. A balança comercial registrou um superávit de US\$ 67 bilhões, o melhor resultado em 29 anos.

Segundo a Agência Brasil, o ano de 2018 é marcado pela greve dos caminhoneiros, o Brasil parou por 10 dias em função dos aumentos diários no preço do diesel, com isso provocando um desabastecimento de alimentos e combustível no país. O governo introduz uma redução no preço do diesel, bancada por um subsídio. O Brasil registra uma queda na inflação em 2018, a economia começa a se recuperar gradualmente, e a Selic tem uma queda significativa. Por outro lado, o ano de 2019 é marcado por um crescimento real de 1,1% da economia e por uma redução na taxa básica de juros do país (Selic) incentivando assim o crédito e o consumo.

O ano de 2020 é marcado por uma recessão econômica, o PIB estimado cai cerca de 4,1%, a economia brasileira foi intensamente impactada por uma crise sem precedentes causada pelo cenário atípico da pandemia da COVID-19. O governo para tentar reverter essa crise ou minimizá-la utilizou de algumas políticas. Foi injetado, por exemplo, dinheiro na economia com destaque para o auxílio emergencial que beneficiou grande parte dos brasileiros.

Um fato marcante também em 2020 é que a SELIC chegou ao menor patamar desde o início da série histórica 1996. Com a política monetária expansionista, e o programa do governo do auxílio emergencial se teve mais dinheiro circulando na economia e juntamente com o fechamento do comércio que afetou a produção das fábricas, tivemos uma alta na inflação e ficando ela assim acima da meta.

3.1.2 Emprego

Segundo o Boletim do Banco Central do Brasil, o mercado de trabalho apresentou uma direção diferente em 2010. Nesse sentido, de acordo com a antiga Pesquisa Mensal do Emprego (PME²) do IBGE, a taxa média de desemprego atingiu 6,7% no ano, ante 8,1% em 2009, menor patamar se analisarmos o período a partir de 2002. A queda no desemprego é confirmada, em

² PME: Essa pesquisa foi encerrada no ano de 2016 e, para fins de análise, neste trabalho, foi utilizada os dados da PNAD/C para os dados de emprego/desemprego.

âmbito nacional, pelas estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No ano de 2010, foram criados 2,1 milhões de empregos formais (ver gráfico 03), maior patamar da série, iniciada em 1985, e 63% superior à média dos cinco anos anteriores. O número de trabalhadores com carteira assinada aumentou 6,1%, as causas principais foram as expansões assinaladas na construção civil, 13,6%; no comércio, 6,4%; e na indústria de transformação, 6,2%.

No ano de 2011 o mercado de trabalho manteve evolução favorável, a média anual da taxa de desemprego, divulgada pela PME do IBGE, que abrange as seis principais regiões metropolitanas do país, atingiu 6,0% no ano, a menor da série iniciada em 2002, recuando 0,7 p.p. em relação a 2010. Essa evolução decorreu de aumentos anuais de 2,1% no pessoal ocupado e de 1,2% na População Economicamente Ativa (PEA).

O mercado de trabalho manteve evolução favorável no ano de 2012, mesmo em ambiente de desaceleração da atividade econômica. A taxa de desemprego atingiu, em média, 5,5% em 2012, ante 6,0% no ano anterior (Bacen, 2012).

A trajetória anual dos principais indicadores do mercado de trabalho seguiu consistente no ano de 2013. A taxa de desemprego média no ano atingiu 5,4%, com o recuo anual de 0,1%. Refletindo aumentos de 0,7% na ocupação e de 0,6% na PEA.

O mercado de trabalho em 2014 mostrou menor dinamismo, evidenciado por recuos na população ocupada (PO) e na geração de postos de trabalho formais. A taxa de desemprego manteve, contudo, trajetória declinante. Segundo a PME do IBGE, a taxa de desemprego atingiu 4,8% em 2014 (5,4% em 2013), resultado de redução de 0,7% na PEA e de 0,1% na PO. No mesmo sentido, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE indica redução anual de 0,4%, para 6,8%, na taxa de desemprego.

No ano de 2015 os indicadores de emprego mostraram o aprofundamento do processo de distensão do mercado de trabalho, expresso em aumento da taxa de desemprego, recuo da participação do emprego formal e moderação do crescimento dos rendimentos do trabalho. A taxa de desemprego atingiu 6,8% em 2015 (4,8% em 2014), segundo a PME do IBGE, que abrange as seis principais regiões metropolitanas brasileiras. Houve aumento de 0,6% na PEA e redução de 1,6% no pessoal ocupado (PO). No mesmo sentido, a PNAD-Contínua³ do IBGE,

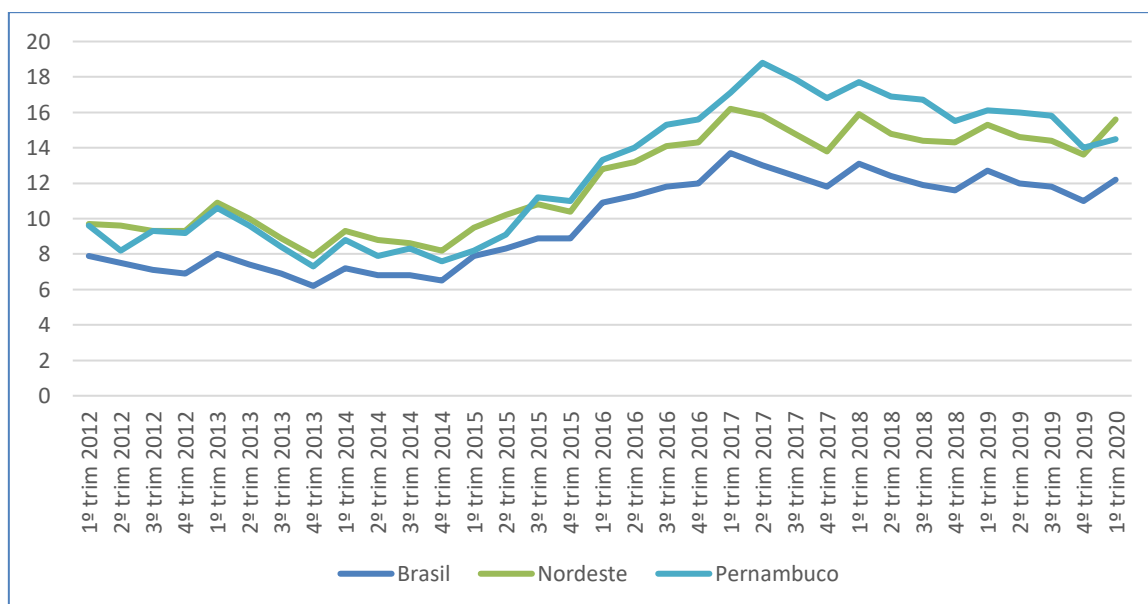
³ A PNAD-C substituiu a Pesquisa PME como estatística oficial para o cálculo do desemprego realizado pelo IBGE.

com abrangência nacional, indicou aumento na taxa de desemprego, que passou de 6,8%, em dezembro de 2014, para 8,5%, em dezembro de 2015.

No ano de 2016 a média anual da taxa de desemprego foi de 11,5%, evidenciando assim o aprofundamento do desemprego, em 2017 a média fica em 12,7%. Nos anos de 2018 e 2019 temos um recuo dessa média anual, ficando as mesmas em 12,3% e 11,9%, já em 2020 a média anual da taxa de desemprego volta a subir e chega a 13,5%.

No gráfico 2 abaixo temos a taxa de desemprego trimestral do Brasil, Nordeste e Pernambuco de 2012 até 1º trimestre 2020 (PNAD/C-IBGE), é possível notar que do 1º trimestre de 2012 até o final de 2014 a taxa seguiu oscilando muito, logo após até o início de 2017 a taxa seguiu uma tendência de alta, em seguida a taxa oscilou bastante até o final de 2019, e em 2020 a taxa subiu consideravelmente com a Pandemia da COVID-19. É importante frisar que em todo o período observado o Nordeste e Pernambuco ficaram com taxas acima da do Brasil, e vale destacar que Pernambuco no 2º trimestre teve sua maior taxa de desemprego do período, chegando a 18,8% de desempregados.

Gráfico 2 - Taxa de desemprego trimestral- Brasil, Nordeste e Pernambuco



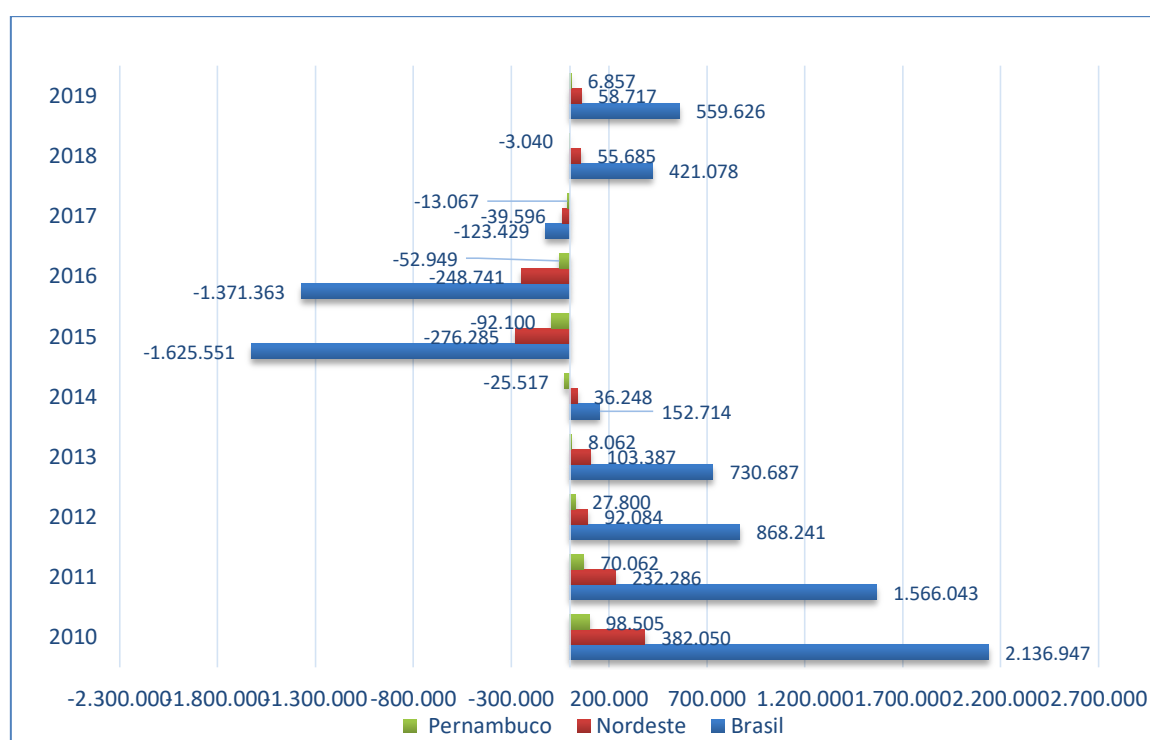
Fonte- IBGE. Elaboração Própria.

No gráfico 3 a seguir, temos o saldo do emprego formal do Brasil, Nordeste e Pernambuco, esse saldo considera o número de admitidos menos os desligados dos empregos. Analisando o gráfico 3 é possível notar que o Brasil no período de 2010 a 2014 teve queda no saldo do emprego, vale destacar que de 2010 até 2014 o saldo do emprego foi positivo para o

Brasil, Nordeste e Pernambuco, ficando só Pernambuco em 2014 com saldo negativo de 25.517 postos de emprego.

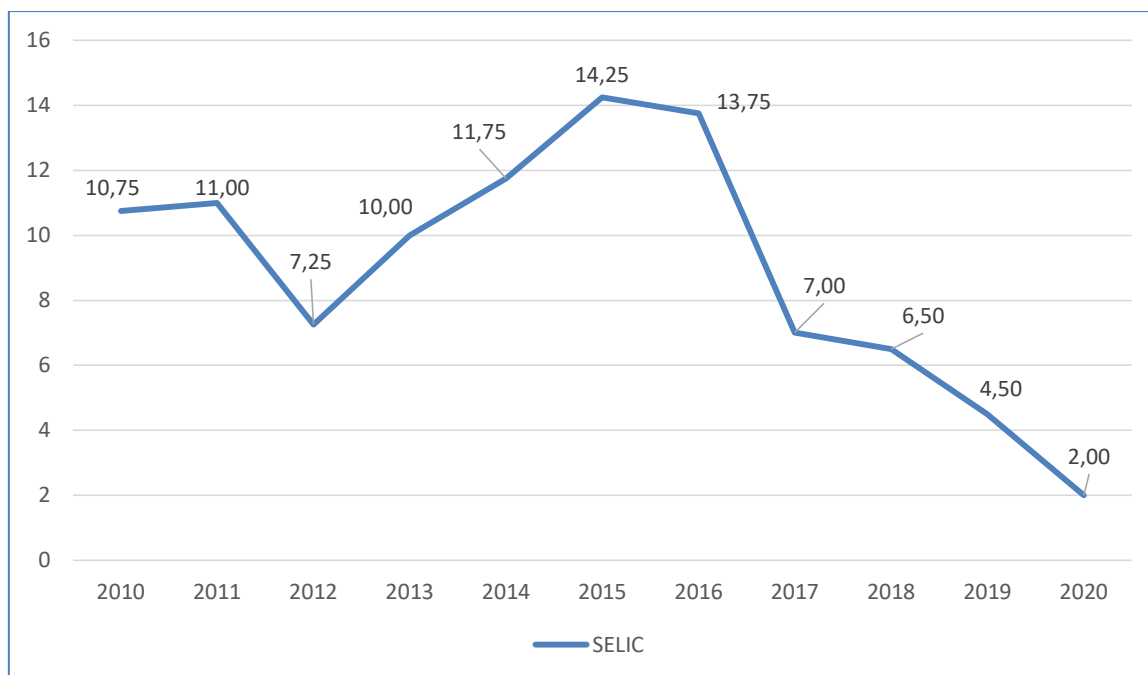
Logo após de 2015 até 2017 os saldos de emprego foram negativos no geral acarretando assim em perdas de postos de trabalho, o saldo negativo em 2015 e 2016 foi significativo (-1.625.551 e -1.371.363 postos de trabalho) e mostra assim, em parte, como foi a recessão vivida no Brasil nesse período. Nos anos de 2018 e 2019 os saldos começaram a ser positivos e apenas Pernambuco no ano de 2018 obteve saldo negativo de 3.040 postos de emprego.

Gráfico 3 - Brasil, Nordeste e Pernambuco- Saldo do emprego formal 2010 a 2019



Fonte- CAGED/TEM

No gráfico 4 abaixo, temos a taxa da Selic para cada ano no período de 2010 a 2020, é possível notar que de 2010 até 2012 a taxa caiu, logo após até 2015 a taxa seguiu aumentando e de 2016 até 2020 a taxa entrou em uma tendência de queda e as quedas foram significantes.

Gráfico 4 - Brasil – Taxa de Juros (SELIC)

Fonte- Bacen

3.1.3 Famílias, Comércio, Serviço e Indústria

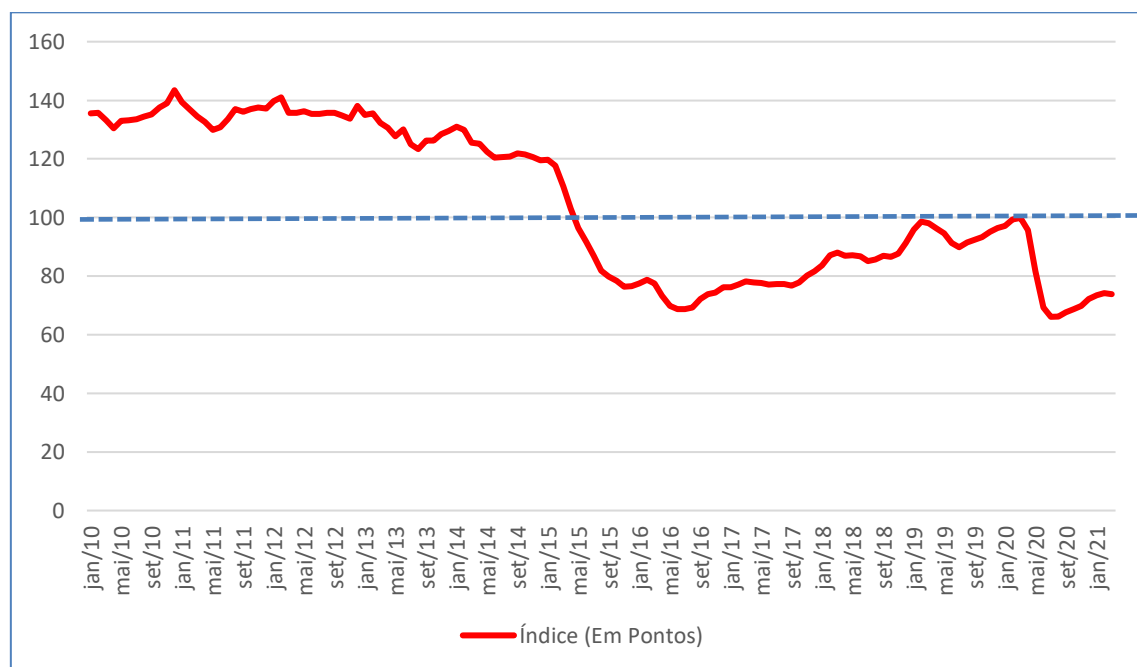
A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) é um indicador importante e capaz de medir, com certa precisão, a opinião que o consumidor tem sobre os aspectos relacionados à condição de vida de sua família, assim como a sua capacidade e qualidade de consumo atuais, nível de renda doméstico e segurança no emprego. Vale ressaltar que o índice identifica o otimismo ou pessimismo das famílias em relação a estas variáveis e a intenção de compra, onde a neutralidade é indicado pelo valor 100,0. Valores maiores sinalizam otimismo e valores menores sinalizam pessimismo para o consumo.

No gráfico 5 abaixo temos a ICF de janeiro de 2010 até janeiro de 2021, o ano de 2010 foi o que apresentou um maior resultado positivo e, em parte pode-se associar a esse resultado o crédito facilitado nesse ano, assim como, o crescimento econômico vivenciado neste ano. Nos anos de 2012 e 2013 o ICF ficou estável, já no ano de 2014 o mesmo sofre uma queda acentuada, pode se dizer que a população foi sentindo o momento do Brasil e as perspectivas no geral caíram ainda mais em 2015 e 2016 ficando abaixo dos 100,0 pontos e evidenciando assim um péssimo momento para o consumo, foi nesses anos em que o Brasil vivia uma grave recessão econômica e crise política. Em 2017, 2018 e 2019 o PIB voltou a crescer e isso refletiu no ICF

que também começou a crescer, apesar de continuar abaixo dos 100,0 pontos. O ano de 2020 o ICF inicia crescendo, mas com o agravamento da pandemia da COVID-19 a partir de abril ele começou a cair e só começou a crescer a partir setembro, porém desde a queda de 2015 até janeiro de 2021 o ICF não conseguiu se recuperar e passar dos 100,0 pontos.

É notável salientar que a trajetória do ICF, acompanhou de certa forma, a taxa de crescimento real do PIB. Inclusive nos momentos em que PIB apresentou as maiores quedas, o ICF também oscilou negativamente, atingindo as piores evoluções da série. Isso corrobora para o fato de que o consumo é fortemente atrelado ao PIB, ou seja, quando o país apresenta crescimento do PIB o consumo acompanha tal caminho de evolução, mas também, por outro lado, quando o PIB desacelera o índice também apresenta queda. Uma outra forma de constatar tal fato é observar a série do PIB e o componente do consumo das famílias nas contas nacionais trimestrais. Nota-se evoluções quase idênticas quando se compara a evolução destes dois agregados econômicos.

Gráfico 5 - Intenção de consumo das famílias – Brasil



Fonte- CNC. Nota- (*) O ICF leva em consideração os seguintes indicadores- Emprego atual, perspectiva profissional, renda atual, compra a prazo, nível de consumo atual, perspectiva de consumo e momento para duráveis.

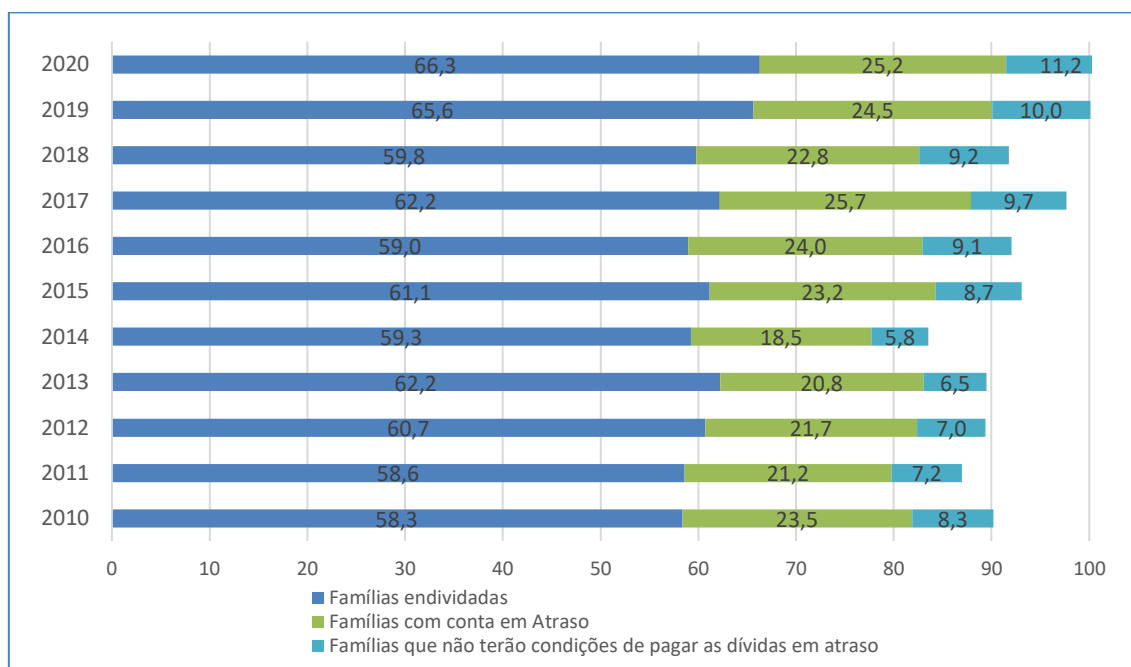
No gráfico 6 a seguir temos o nível de endividamento das famílias para o período de 2010 até 2020, é possível notar que o percentual de famílias endividadas seguiu oscilando no período analisado e atingiu seu maior patamar em 2020 e o menor em 2010, tendo em vista que a dívida apenas representa uma compra a crédito. Os endividados acabam tendo a sua renda

comprometida e este comprometimento é a base que determina muitas das ações de uma família e isso pode levá-la à inadimplência.

Com relação as famílias com contas em atraso, isto é, inadimplentes, o nível seguiu oscilando também e atingiu seu maior patamar em 2020, o mesmo aconteceu para as famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso. Este último havia apresentado uma tendência de queda, mas após a crise de 2015 começou a subir e não parou mais, atingindo o ponto mais alto em 2020 (11,2%).

Esses dados refletem uma preocupação pertinente, pois o nível de endividamento das famílias, além de comprometer o consumo futuro, uma vez que parte da renda futura fica comprometida com os pagamentos da dívida, mas também por conta do alto custo que tal endividamento apresenta. Geralmente, as dívidas de consumo recaem sobretudo em cima dos cartões de crédito ou cheque especial, os quais apresentam os maiores juros cobrados para a pessoa física.

O nível de endividamento pode refletir o qual mal está o processo de geração de renda no país, uma vez que as famílias se veem obrigadas a buscar crédito pessoal para conseguir completar a renda no sentido de cobrir as despesas fixas da família. Uma coisa é se endividar de maneira racional, ou seja, com taxas de juros dentro de padrões considerados baixos e atraentes, outra coisa é endividar sem alternativas e tendo que aceitar taxas elevadas de juros como é o caso brasileiro. Essa situação não só compromete o consumo futuro das famílias, mas também torna mais difícil de fazer políticas de aquecimento de demanda via crédito, haja visto, que grande parte das famílias se encontram endividadas.

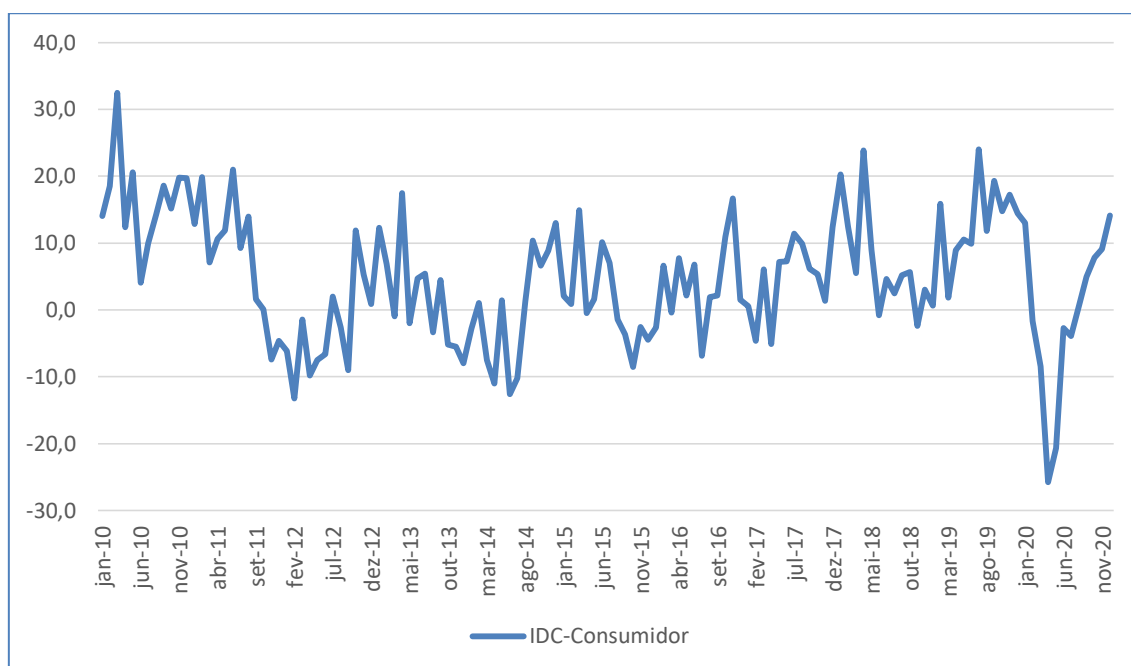
Gráfico 6 - Nível de endividamento das famílias (%) – Brasil

Fonte- CNC- Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC)

No gráfico 7 temos a demanda do consumidor por crédito a mesma atingiu em 2010 o maior patamar do período analisado, logo após de 2011 até o 2019 seguiu oscilando, no ano de 2020 em especial no mês de abril temos uma queda de 25,7% da demanda do consumidor por crédito, a maior para o período analisado, e só em agosto a demanda por crédito mostrou uma variação positiva.

Embora tal indicador apresentassem oscilações ao longo do período analisado, verifica-se que a demanda por crédito atingiu o mesmo patamar ao observado no início da série, ou seja, em novembro de 2020 a demanda por crédito é a mesma de janeiro de 2010.

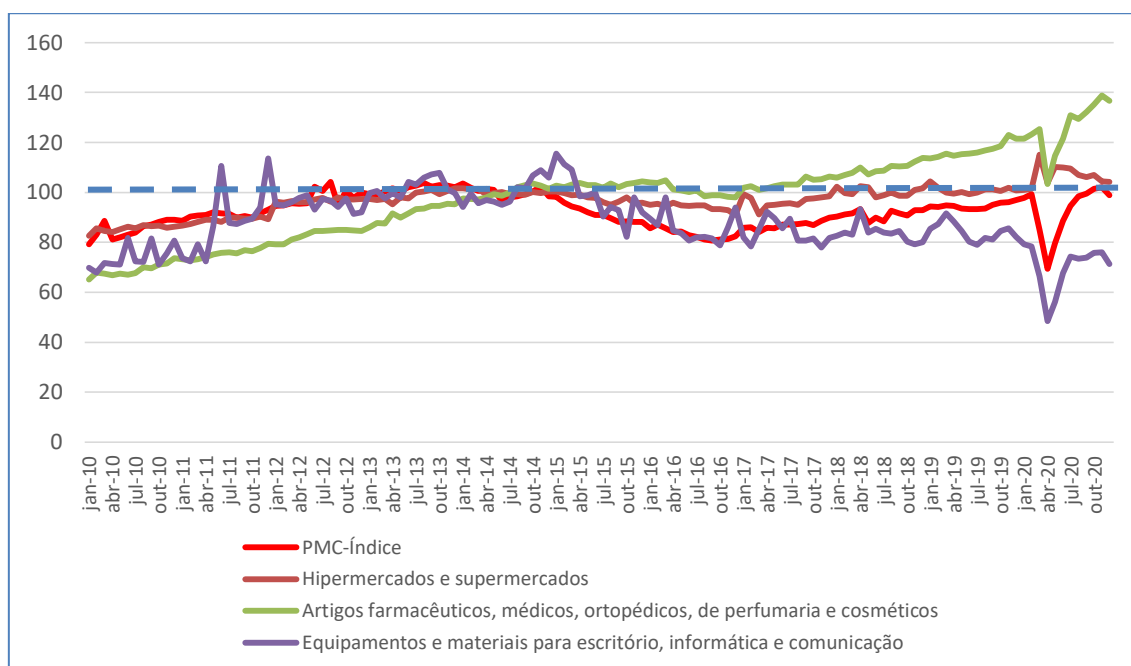
Gráfico 7 - Demanda do consumidor por crédito – variação anual – Brasil (Média de 2008 = 100)



Fonte- SERASA. Indicador Serasa Experian

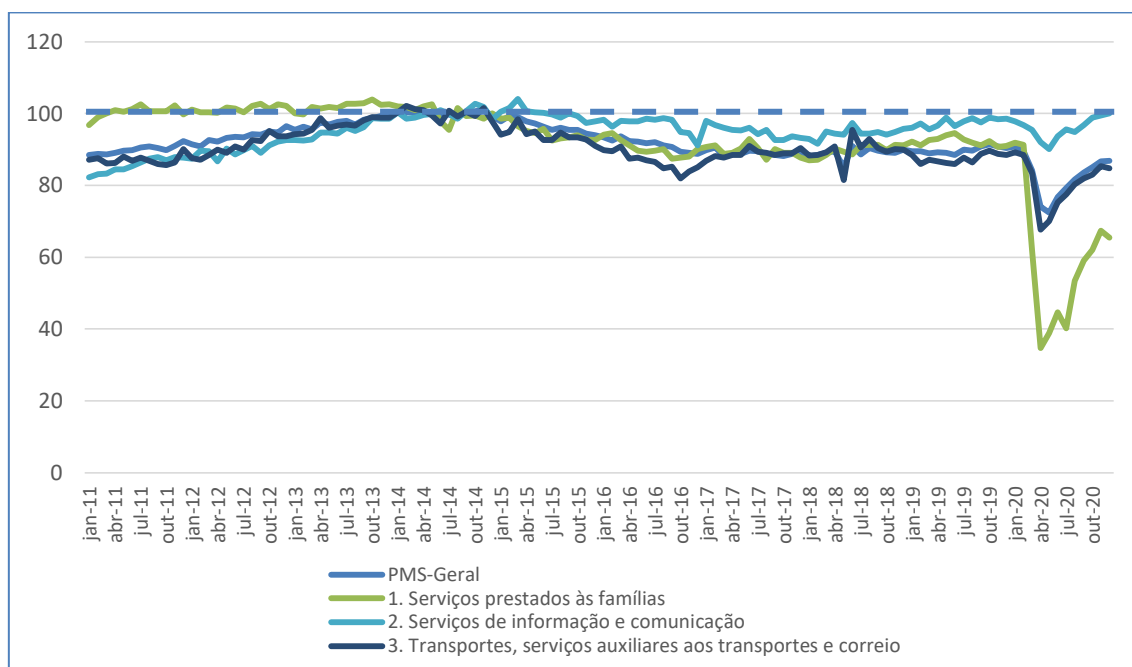
No gráfico 8 a seguir temos alguns índices selecionados das vendas do comércio varejista, o único comércio que segue uma tendência de alta nos anos analisados é o de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos. Os demais comércios seguem oscilando no decorrer dos anos, primeiro se observa uma tendência de crescimento até o ano de 2015, mas conforme já foi mencionado tal ano foi marcado por uma crise na economia brasileira. A partir de 2015 os índices começaram a apresentar tendência de queda, atingido o pico negativo em 2020. Vale destacar o mês de abril de 2020, onde de todos os índices apenas o de hipermercados e supermercados não teve queda significativa por conta dos efeitos da pandemia da COVID-19. Pelo contrário, essa atividade apresentou uma evolução positiva no início de 2020, o que parece contraditório, pois neste período, conforme já mencionado a taxa de desemprego estava elevada e a intenção de consumo estavam em queda. Um fato que pode ter corroborado para tal crescimento, pode ter sido a política de auxílio emergencial promovida pelo governo federal em 2020 às famílias mais carentes.

Gráfico 8 - Vendas do comércio varejista (Com ajuste sazonal) – Brasil (índices selecionados)



Fonte- IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio – PMC

No gráfico 9 temos as vendas de serviços para alguns índices selecionados. Os índices apresentaram movimentos semelhantes aos do comércio varejista (tendência de alta até o ano de 2015 e uma tendência de queda a partir deste ano). Os serviços de informação e comunicação; e o de transportes seguiram uma tendência de alta, junto com o PMS-Geral de 2011 até 2015, enquanto os serviços prestados às famílias nesse mesmo período ficaram em um maior patamar e seguiram oscilando. De 2015 até o final da série analisada os serviços de informações e comunicação se destacaram ficando acima dos demais serviços. Em toda a série analisada a maior queda aconteceu no ano de 2020, todos os serviços sofreram, porém, o de serviços prestados as famílias foram em maior proporção.

Gráfico 9 - Vendas serviços – Brasil

Fonte- IBGE – Pesquisa Mensal do Serviço – PMS

É possível notar no gráfico 10 abaixo que de 2010 até meados de 2014 o destaque da produção física industrial era o de bens de capital, logo após até outubro de 2020 o mesmo perdeu esse destaque e, é possível notar também que os bens de capital entraram em uma tendência de queda a partir de setembro de 2013 até o final de 2015. Um fato importante também é que os bens intermediários e os bens de consumo na maior parte dos anos estiveram em patamares parecidos. Como é possível notar também em abril de 2020 todos os grupos econômicos da produção caíram consideravelmente.

Gráfico 10 - Produção Física Industrial (por grandes grupos econômicos) – Brasil



Fonte- IBGE – Produção Física Industrial – PIM-PF

4 ANÁLISE DE DADOS AGRESTE CENTRAL DE PERAMBUCO

Neste capítulo foi tratado de maneira sintética os dados referentes a RD do Agreste Central. As informações foram coletadas para todos os municípios que compõem a RD e desta forma conseguiu-se agregar os dados para a RD e, também para efeito de análise foram coletadas informações para o estado de Pernambuco, a região Nordeste e Brasil.

A maioria dos dados estão disponível a nível de estado, regiões e Brasil. Grande parte das informações municipais se encontram no Censo (dados sociais, econômicos, educacionais, etc.), entretanto, o último Censo foi realizado em 2010, período em que este estudo se inicia. Mas, como pode ser observado abaixo, alguns importantes indicadores municipais foram apresentados o que permitiu entender um pouco mais da dinâmica não só da RD, mas também dos municípios que a compõem. Com isso, e levando em consideração a contextualização do cenário macroeconômico brasileiro exposto no capítulo anterior pode-se auferir alguns pontos que embasaram a conclusão sobre os cenários econômicos da RD.

4.1 ÁREA E LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO (RD) DO AGRESTE CENTRAL

Uma variável importante é a localização. Sabe-se que a localização pode exercer um fator de atração de investimentos, sobretudo, quanto se considera as questões de logística. Pelo fato da proximidade da RD com a capital do estado (ver Figura 1), isto pode ser utilizado como um fator gravitacional a favor, sobretudo se considerarmos também a proximidade dos Portos de Recife e de Suape.

Localizada na mesorregião do Agreste Pernambucano, a Região de Desenvolvimento (RD) do Agreste Central ocupa uma área de 10.083,08 Km², ela é formada por 26 municípios o que corresponde a 10,28% da área total do estado de Pernambuco e a 0,6% da área total da Região do Nordeste, como indica a tabela 3 a seguir. Pesqueira é seu maior município, com área de 980,88 Km², ou 9,73% da área dessa RD, cujo menor município é Camocim de São Félix com 72,476 Km², ou 0,72% da área dessa RD.

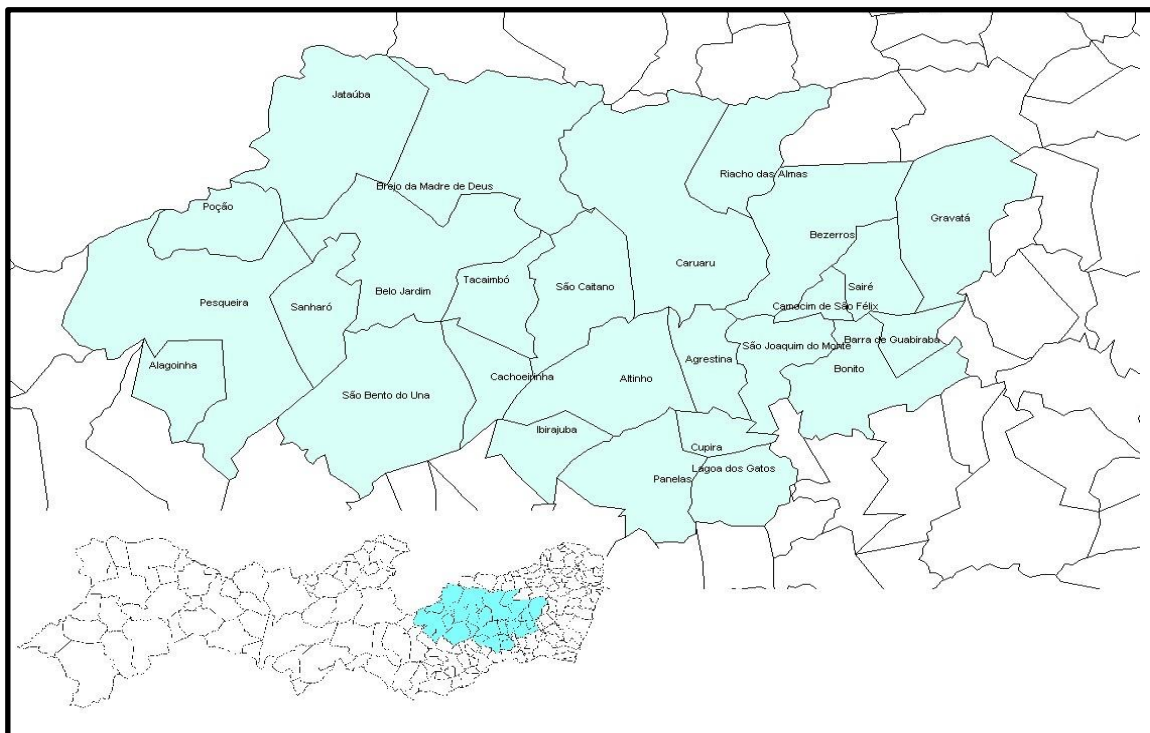
Tabela 3 - RD do Agreste Central- Área do território

Brasil, Nordeste, Estado, RD e Município	Área Município (Km²)
Brasil	8.510.820,62
Nordeste	1.561.177,8
Pernambuco	98.076,02
RD do Agreste central	10.083,09
Pesqueira	980,880
Caruaru	920,610
Brejo da Madre de Deus	762,345
São Bento do Uma	719,148
Jataúba	714,601
Belo Jardim	647,697
Gravatá	506,786
Bezerros	490,818
Altinho	452,523
Bonito	389,976
São Caitano	382,465
Panelas	380,428
Riacho das Almas	314,003
Sanharó	268,686
São Joaquim do Monte	232,070
Tacaimbó	227,601
Lagoa dos Gatos	224,947
Alagoinha	216,452
Poção	204,329
Agrestina	200,581
Ibirajuba	189,596
Sairé	189,365
Cachoeirinha	179,262
Barra de Guabiraba	120,286
Cupira	95,1550
Camocim de São Félix	72,4760

Fonte- IBGE.

A figura 1 a seguir apresenta a localização geográfica dos municípios que fazem parte da RD do Agreste Central, bem como, em mapa menor no centro da parte inferior, a RD situada no mapa do estado de Pernambuco. Vale destacar o município de Caruaru nesta RD, que juntamente com os municípios circunvizinhos forma o principal polo têxtil de Pernambuco, responsável pela geração de renda e emprego direto e indireto, o que contribui positivamente para o desenvolvimento da RD. Da mesma forma temos também nesta RD um outro polo de grande impacto que é o polo de acumuladores (baterias) localizada em Belo Jardim.

Figura 1 - Mapa dos Municípios RD Agreste central



Fonte- IBGE. Elaboração própria.

4.2 Perfil populacional

Esta seção tem como objetivo apresentar características básicas do perfil da população no Agreste Central, como população total e a média anual de crescimento populacional. Como será visto logo abaixo, a RD compreende 12% da população do estado. É um número significativo, o que leva a um grande desafio que é a qualificação educacional. Mas por outro lado, temos nesta RD uma Universidade Federal e um Instituto Federal que podem gerar conhecimentos técnicos importantes para a RD, contribuindo desta forma, com a formação de mão de obra qualificada tão importante para o aumento de renda da população, assim como atração de investimento produtivos, principalmente empreendimento de maior valor agregado. Também como será também observado logo abaixo, os indicadores da educação básica dos municípios que compõem a RD estão em sua maioria acima da meta prevista.

Investimentos sobre a população no tocante a qualificação tem se tornado um viés importante para não só aumentar a empregabilidade e atração de novos empreendimentos que podem estar se deslocando das regiões metropolitanas para o interior na busca de custo

menores, principalmente redução de custo fixo, mas também pelo fato dos efeitos multiplicadores de renda. Esses efeitos multiplicadores de renda podem vir através da atração de novas fábricas/empreendimentos e também em virtude dos efeitos positivos que a educação pode gerar novos empreendedores locais.

4.2.1 População total

A população estimada, em 2020 da Região de Desenvolvimento (RD) do Agreste Central, foi de 1.153.514 habitantes, o que corresponde a aproximadamente 12% da população do estado. O crescimento populacional da RD do Agreste Central, foi maior que o de Pernambuco em todos os períodos analisados- 2020/2000 RD (23,34%) e PE (21,28%), 2020/2010 RD (9,97%) e PE (9,32%), 2010/2000 RD (12,16%) e PE (10,94%) (IBGE).

Como indica na tabela 4 a seguir o município mais populoso é Caruaru, com uma população estimada, em 2020 de 365.278 habitantes ou 31,67% da população da RD do Agreste Central. No entanto, é o município de Sanharó apresenta a maior taxa de crescimento da população no período 2010/2000 (38,26%) e 2020/2010 (22,48%). Por outro lado, Sairé apresentou um grande declínio populacional no período 2020/2000 (-28,46%), seguido de Tacaimbó que no mesmo período teve uma taxa de crescimento de (-0,54%).

Na RD do Agreste Central o município de Ibirajuba apresenta o menor número de residentes no ano de 2020, a estimativa foi de 7.768 habitantes ou aproximadamente 0,67% da população da RD do Agreste Central. Outro fato importante também que pode ser visto na tabela 04, é que Pernambuco e a RD do Agreste Central nos períodos analisados sempre cresceram a taxas menores que a taxa de crescimento do Brasil.

É importante destacar que vários municípios dessa RD apresentaram acentuadas variações populacionais nos períodos observados. Vários são os possíveis fatores explicativos para essas oscilações, dentre os quais variações de grande magnitude no fluxo migratório, que normalmente altera a distribuição da população entre municípios. A chegada ou saída de uma grande fábrica por gerar também fluxos significativos da população. Um dado importante que precisa ser analisado também é a qualidade desta população migrantes, se é uma migração feita por pessoas qualificadas ou não por exemplo. Mas infelizmente este tipo de dado só é possível observar através de coleta primária.

Tabela 4 - RD do Agreste Central- População

Municípios	2000	2010	2020	Variação		
	População	População	População	2010/2000	2020/2010	2020/2000
Brasil	169.872.856	190.755.799	211.755.692	12,29%	11,01%	24,66%
Pernambuco	7.929.154	8.796.448	9.616.621	10,94%	9,32%	21,28%
RD Agreste central	935.207	1.048.968	1.153.514	12,16%	9,97%	23,34%
Agrestina	20.036	22.679	25.065	13,19%	10,52%	25,10%
Alagoinha	12.535	13.759	14.718	9,76%	6,97%	17,42%
Altinho	22.131	22.353	22.984	1,00%	2,82%	3,85%
Barra de Guabiraba	10.939	12.776	14.510	16,79%	13,57%	32,64%
Belo Jardim	68.698	72.432	76.687	5,44%	5,87%	11,63%
Bezerros	57.371	58.668	60.880	2,26%	3,77%	6,12%
Bonito	37.750	37.566	38.117	-0,49%	1,47%	0,97%
Brejo da Madre de Deus	38.109	45.180	51.225	18,55%	13,38%	34,42%
Cachoeirinha	17.042	18.819	20.501	10,43%	8,94%	20,30%
Camocim de São Félix	15.115	17.104	18.900	13,16%	10,50%	25,04%
Caruaru	253.634	314.912	365.278	24,16%	15,99%	44,02%
Cupira	22.383	23.390	24.173	4,50%	3,35%	8,00%
Gravatá	67.273	76.458	84.699	13,65%	10,78%	25,90%
Ibirajuba	7.438	7.534	7.768	1,29%	3,11%	4,44%
Jataúba	14.653	15.819	17.228	7,96%	8,91%	17,57%
Lagoa dos Gatos	16.100	15.615	16.318	-3,01%	4,50%	1,35%
Panelas	25.874	25.645	26.456	-0,89%	3,16%	2,25%
Pesqueira	57.721	62.931	67.735	9,03%	7,63%	17,35%
Poção	11.178	11.242	11.305	0,57%	0,56%	1,14%
Riacho das Almas	18.142	19.162	20.646	5,62%	7,74%	13,80%
Sairé	13.649	11.240	9.764	-17,65%	-13,13%	-28,46%
Sanharó	15.879	21.955	26.890	38,26%	22,48%	69,34%
São Bento do Una	45.360	53.242	60.042	17,38%	12,77%	32,37%
São Caitano	33.426	35.274	37.368	5,53%	5,94%	11,79%
São Joaquim do Monte	19.842	20.488	21.398	3,26%	4,44%	7,84%
Tacaimbó	12.929	12.725	12.859	-1,58%	1,05%	-0,54%

Fonte- IBGE. Elaboração própria.

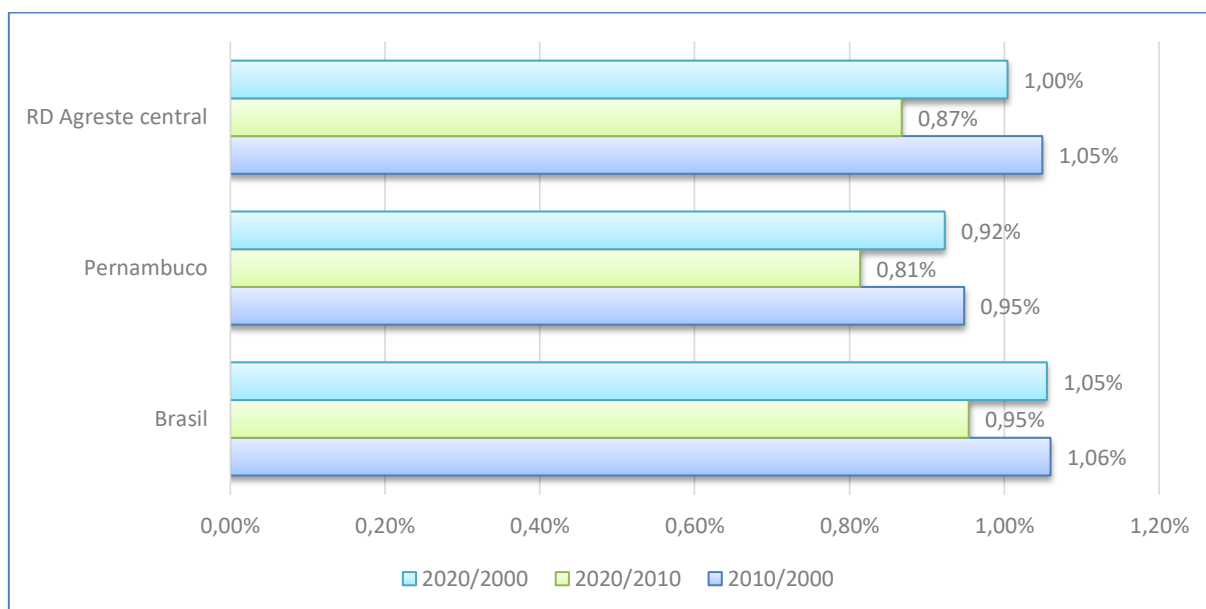
4.2.2 Crescimento médio da população

É possível observar no gráfico 11, a seguir, que a taxa média anual de crescimento da população da RD do Agreste Central, nos períodos de 2020/2000, 2020/2010, 2010/2000, foi de 1,00%, 0,87% e 1,05%, superiores às observadas em Pernambuco (0,92%, 0,81%, 0,95%), porém inferiores ao crescimento médio do Brasil (1,05%, 0,95%, 1,06%) nos períodos analisados. Esse maior crescimento médio populacional da RD, sugere que o dinamismo

econômico dessa RD (isso poderá ser observado abaixo quando tratarmos do PIB) pode ter atuado de modo a incentivar e atrair contingentes migratórios oriundos de outras áreas.

Portanto, guardada as devidas proporções, esse crescimento pode sim ser reflexo de um maior dinamismo da RD e um fato que pode corroborar para isto é que o crescimento real do PIB da RD durante quase todo o período analisado foi superior ao de Pernambuco.

Gráfico 11 - RD do Agreste Central, Taxa média anual de crescimento da população (%)



Fonte- IBG, Elaboração própria

4.3 INDICADORES SOCIAIS

Este item tem por finalidade apresentar vários indicadores sociais que permitem caracterizar, de forma em geral, o Agreste Central, bem como seus municípios, como índices de desenvolvimento municipal, de concentração de renda, de saúde e de educação.

4.3.1 IDH-M

A Tabela 5 abaixo apresenta a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para os municípios que formam a RD do Agreste Central para os anos censitários de 1991, 2000 e 2010. O município de Caruaru, apresentou nos três períodos analisados, o maior IDH-M, correspondendo nos anos de 2010 (0,667), 2000 (0,558) e 1991 (0,481), no entanto é possível

ver que no ranking estadual ele perdeu 5 posições no ano de 2000 (11º) se comparado com 1991 (6º), já em 2010 ele se manteve na mesma posição (11º) que ocupava em 2000.

No entanto o município que mais melhorou seu IDH-M foi Barra de Guabiraba, passando de 0,371 para 0,577 um aumento de 55,53%, seguido de Sairé que teve um aumento de 50,39% no IDH-M. Por outro lado, o município com o pior IDH-M no ano de 2000 foi São Joaquim do Monte com 0,365 e ocupava a 168ª posição Estadual, seguido de Barra de Guabiraba com um IDH-M de 0,371 e ocupando a 167ª posição Estadual. No ano de 2010, Porção passa a ser o município com o menor IDH-M, apresentando 0,528 e ocupando a 175ª posição Estadual, seguida de Jataúba com um IDH-M de 0,530 e ocupando a posição 173ª. Com Base nos dados da Tabela 3 é possível ver ainda que no ano de 1991 todos os municípios da RD do Agreste Central, tinham um Índice de Desenvolvimento Humano muito baixo, todos abaixo de 0,499.

No ano de 2000 outro fato interessante é que, apenas Caruaru conseguiu sair de faixa do IDH-M muito baixo e passou para faixa de IDH-M baixo, assim 96,15% dos municípios da RD do Agreste Central se encontravam com um IDH-M na faixa de muito baixo. No ano de 2010 é possível ver que não se tem mais municípios com um IDH-M muito baixo, agora a maioria dos municípios ou 76,92% dos municípios da RD do Agreste Central se enquadram na faixa de baixo IDH-M, e vale ressaltar que 6 municípios nesse mesmo ano entraram na faixa de Médio IDH-M que são eles- Belo Jardim (0,629), Bezerros (0,606), Caruaru (0,677), Gravatá (0,634), Pesqueira (0,610) e Sanharó (0,603). O IDH de Pernambuco, em 2010 e 2000, é 0,673 e 0,544, respectivamente. Portanto, nesses dois anos, o único município com o IDH-M maior que a média de Pernambuco foi Caruaru com respectivamente (0,677) e (0,558).

Infelizmente o IDH mais recente é o de 2010 (Censo 2010) e como a análise se inicia em 2010 fizemos o uso de um outro indicador de Desenvolvimento Humano. Neste sentido, fez o uso do índice Firjan, que também traz dados a nível de município. Tal índice serviu como uma proxy para o IDH e assim teremos uma noção da evolução deste indicador dentro do período a ser analisado. O próximo item irá tratar justamente desta proxy.

Tabela 5 - RD do Agreste Central- Índice de Desenvolvimento Humano -IDH-M

Municípios	1991		2000		2010	
	IDHM	Ranking	IDHM	Ranking	IDHM	Ranking
Agrestina	0,305	110º	0,436	96º	0,592	96º
Alagoinha	0,354	59º	0,457	68º	0,599	78º
Altinho	0,31	97º	0,444	81º	0,598	82º
Barra de Guabiraba	0,306	105º	0,371	167º	0,577	120º

Belo Jardim	0,377	42°	0,477	47°	0,629	37°
Bezerros	0,338	68°	0,458	67°	0,606	60°
Bonito	0,309	99°	0,414	123°	0,561	146°
Brejo da Madre de Deus	0,298	119°	0,404	137°	0,562	145°
Cachoeirinha	0,363	49°	0,481	43°	0,579	117°
Camocim de São Félix	0,321	81°	0,445	79°	0,588	106°
Caruaru	0,481	6°	0,558	11°	0,677	11°
Cupira	0,344	65°	0,442	84°	0,592	96°
Gravatá	0,372	45°	0,496	34°	0,634	33°
Ibirajuba	0,3	118°	0,428	106°	0,58	114°
Jataúba	0,285	140°	0,389	157°	0,53	173°
Lagoa dos Gatos	0,263	163°	0,391	155°	0,551	156°
Panelas	0,257	169°	0,402	142°	0,569	137°
Pesqueira	0,37	46°	0,482	41°	0,61	51°
Poção	0,31	97°	0,411	127°	0,528	175°
Riacho das Almas	0,285	140°	0,426	109°	0,57	135°
Sairé	0,298	119°	0,389	157°	0,585	110°
Sanharó	0,349	61°	0,46	63°	0,603	69°
São Bento do uma	0,318	86°	0,437	93°	0,593	92°
São Caitano	0,285	140°	0,418	116°	0,591	102°
São Joaquim do Monte	0,293	128°	0,365	168°	0,537	167°
Tacaimbó	0,259	166°	0,397	150°	0,554	150°

Fonte- IBGE. Elaboração própria. Nota- Muito alto desenvolvimento = resultado superior ou igual 0,800; desenvolvimento alto = resultado compreendido entre 0,700 e 0,799; desenvolvimento Médio = resultado compreendido entre 0,600 e 0,699; Baixo desenvolvimento = resultado compreendido entre 0,500 e 0,599; Muito Baixo desenvolvimento = resultados inferiores a 0,500.

4.3.2 Firjan

O Índice de Firjan⁴, é um estudo que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros em três áreas de atuação- Emprego & renda, Educação e Saúde, e o mesmo não depende de dados censitários, portanto, possibilita o acompanhamento de sua evolução mais recente. Entretanto há informações até o ano de 2016, pois o último relatório divulgado foi em 2018 com base nos dados de 2016, mas embora não englobe todo o período analisado neste trabalho, os dados fornecidos são mais atuais quando comparado ao fornecido pelo Censo Demográfico.

Na tabela 6 a seguir, podemos observar que o município de Caruaru registrou a melhor posição no ranking estadual, de 2010 a 2014 sempre com um desenvolvimento moderado, no ano de 2015 Caruaru perde a posição 1° para Barra de Guabiraba, no entanto no ano de 2016

⁴ Elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (**Firjan**), com base em dados oficiais disponibilizados pelos Ministérios da Economia, da Educação e da Saúde

Caruaru volta para primeira posição no ranking da sua RD e nesse mesmo ano Caruaru ocupa a primeira (1º) posição no estado de Pernambuco, com um IFDH (0,7882) e fica bem próximo do alto desenvolvimento. Na série analisada nenhum município obteve uma nota de baixo desenvolvimento no caso abaixo de 0,4.

Analisando a RD do Agreste Central de 2010 a 2016, é possível notar que dos seus 26 municípios que a compõe, apenas 6- Barra de Guabiraba; Belo Jardim; Bezerros; Caruaru; Gravatá e Tacaimbó, sempre obtiveram uma nota maior que 0,6 e assim um desenvolvimento moderado, vale ressaltar que o município de Lagoa dos Gatos nunca alcançou a nota para o desenvolvimento moderado. O município que apresentou a maior variação na nota entre 2010 e 2016, foi Panelas, saindo de 0,5353 para 0,6311 tendo assim uma variação de 17,91%. O município que apresentou o pior IFDM em 2016 foi, Sanharó com uma nota 0,5582 e ocupando a 168º posição no ranking municipal, o mesmo também foi o que teve a pior variação entre 2010 e 2016, saindo do 0,5799 para 0,5582 totalizado uma variação negativa de - 3,74%.

Importante analisar que alguns municípios obtiveram uma variação de alta de mais de 10% de um ano para outro, foram eles- Bonito de 2010-2011 uma variação de 16,37%; Brejo da Madre de Deus de 2013-2014 uma variação de 11,95%; Cachoeirinha de 2011-2012 uma variação de 10,39; Jataúba de 2014-2015 uma variação 10,06%; Lagoa dos Gatos de 2014-2015 uma variação de 10,03%; Panelas de 2012-2013 uma variação de 12,68%; Pesqueira de 2011-2012 uma variação de 12,92%. Vale ressaltar que alguns municípios tiveram uma queda de mais de 10% de um ano para outro, foram eles- Barra de Guabiraba de 2015-2016 uma variação de -10,35% e Jataúba de 2013-2014 uma variação de -10,32%.

Tabela 6 - RD do Agreste Central- Firjam

Municípios	2010		2011	2012	2013	2014	2015	2016	
	Nota	Ranking	Nota	Nota	Nota	Nota	Nota	Nota	Ranking
Agrestina	0,5041	161º	0,5400	0,5688	0,5955	0,6063	0,5641	0,5925	145º
Alagoinha	0,5648	104º	0,5844	0,5444	0,5896	0,5893	0,5707	0,6104	120º
Altinho	0,5780	89º	0,5862	0,6142	0,6304	0,6178	0,6110	0,6234	102º
Barra de Guabiraba	0,6259	49º	0,6400	0,6693	0,7184	0,7145	0,7563	0,6781	34º
Belo Jardim	0,6238	51º	0,6414	0,6470	0,7022	0,7076	0,6613	0,6972	19º
Bezerros	0,6899	13º	0,6799	0,6587	0,6939	0,6756	0,6231	0,6655	46º
Bonito	0,5087	159º	0,5920	0,5901	0,6266	0,6206	0,6269	0,5856	155º
Brejo da Madre de Deus	0,5689	97º	0,5778	0,5811	0,5630	0,6303	0,6305	0,5974	140º
Cachoeirinha	0,5544	121º	0,5882	0,6492	0,6768	0,6715	0,6160	0,6301	91º
Camocim de São Félix	0,6003	68º	0,5931	0,6220	0,6415	0,6475	0,6858	0,6537	57º
Caruaru	0,7210	08º	0,7307	0,7695	0,7874	0,7883	0,7456	0,7882	01º

Cupira	0,5866	81°	0,5954	0,6241	0,6459	0,6333	0,6493	0,6733	39°
Gravatá	0,6481	33°	0,6638	0,6866	0,6897	0,6778	0,6230	0,6312	87°
Ibirajuba	0,5614	110°	0,5808	0,6063	0,6276	0,6550	0,6409	0,6110	119°
Jataúba	0,6069	62°	0,5977	0,5402	0,5619	0,5039	0,5546	0,6081	125°
Lagoa dos Gatos	0,4971	166°	0,5083	0,5235	0,5482	0,5446	0,5992	0,5824	156°
Panelas	0,5353	139°	0,5728	0,5483	0,6178	0,5610	0,6039	0,6311	88°
Pesqueira	0,5798	85°	0,5531	0,6246	0,6254	0,6113	0,6233	0,6238	101°
Poção	0,5527	122°	0,6014	0,6127	0,6231	0,6215	0,6085	0,6113	118°
Riacho das Almas	0,5942	74°	0,5867	0,6145	0,6269	0,5799	0,5577	0,5884	151°
Sairé	0,5914	79°	0,5783	0,5711	0,6038	0,5975	0,6116	0,6076	127°
Sanharó	0,5799	84°	0,6098	0,6379	0,6139	0,5868	0,5428	0,5582	168°
São Bento do Una	0,5947	73°	0,6046	0,6428	0,6330	0,6515	0,6280	0,6220	103°
São Caitano	0,5630	108°	0,5946	0,5957	0,6005	0,6126	0,6121	0,6486	62°
São Joaquim do Monte	0,5339	140°	0,5176	0,5570	0,5417	0,5744	0,5739	0,6113	117°
Tacaimbó	0,6013	67°	0,6158	0,6406	0,6046	0,6168	0,6055	0,6208	106°

Fonte- Firjam. Elaboração própria. Nota- Alto desenvolvimento = resultado superior a 0,8 ponto; desenvolvimento moderado = resultado compreendido entre 0,6 e 0,8 ponto; desenvolvimento regular = resultado compreendido entre 0,4 e 0,6 ponto; Baixo desenvolvimento = resultados inferiores a 0,4 ponto.

4.3.3 Índice de mortalidade infantil

A Taxa de Mortalidade infantil estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida e ela reflete, de modo geral, as condições de desenvolvimento socioeconômico e infraestrutura ambiental, bem como o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil. Este índice vai até 2019, o mais recente, desta forma, assim como aconteceu com o índice Firjan, não foi possível ter a série completa. Entretanto, tais índices conseguem retratar bem a RD (O IHD vai até 2010, então o índice Firjan apresenta grande avanço temporal e o índice de mortalidade infantil só não possui o último ano 2020). Entretanto, 2020 temos a pandemia e muito provavelmente tal fenômeno dever ter interferido negativamente o índice de mortalidade infantil e portanto, perdendo o efeito comparativo com os anos anteriores.

Quanto menor é esse índice melhor é a qualidade de saúde infantil e também melhores são as condições de infraestrutura (hospitais, clínicas, etc.) e mão de obra qualificada (médicos, enfermeiros, etc.).

Analisando a Tabela 7 a seguir, é possível ver que a taxa de mortalidade infantil do Brasil, Pernambuco e da RD do Agreste Central no período de 2010 a 2019 sempre esteve em uma taxa baixa de mortalidade. No ano de 2019 dos 26 municípios apenas 7 ou 26,92% tiveram uma

taxa média de mortalidade infantil foram eles- Alagoinha, Barra de Guabiraba, Cupira, Lagoa dos Gatos, Porção, Sanharó e São Bento do Uno, já os demais tiveram uma taxa baixa.

Vale ressaltar que no ano de 2019 os municípios de Ibirajuba, Sairé e São Joaquim não tiveram nenhum óbito, e o município que obteve a maior taxa de mortalidade se aproximando de 50% foi Porção com uma taxa de 43,17%.

Um fato interessante se analisarmos o período de 2010 a 2019, os únicos municípios que conseguiram ficar com uma taxa baixa de mortalidade em todos os anos foram- Caruaru, Gravatá, Pesqueira, Riacho das Almas e São Joaquim do Monte.

Tabela 7 - RD do Agreste Central- Índice de Mortalidade Infantil

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	13,93	13,63	13,46	13,42	12,90	12,43	12,72	12,39	12,18	12,39
Pernambuco	15,25	13,98	14,22	14,13	13,19	13,00	13,93	12,12	12,39	12,25
RD Agreste central	14,44	14,65	12,72	12,85	14,09	13,22	12,79	10,90	12,16	12,13
Agrestina	20,62	6,02	11,87	8,29	14,04	8,40	6,19	5,92	17,09	18,46
Alagoinha	8,40	21,51	5,65	0,00	11,49	22,35	20,94	10,81	0,00	26,32
Altinho	23,53	25,21	0,00	3,72	16,74	7,87	29,79	21,58	8,16	8,10
Barra de Guabiraba	26,18	11,70	11,05	0,00	11,98	21,51	6,76	5,75	5,49	20,20
Belo Jardim	18,72	21,10	12,97	12,70	9,23	19,76	20,10	10,36	15,15	9,76
Bezerros	17,93	21,15	9,55	11,81	14,44	13,98	16,25	7,84	11,49	7,78
Bonito	11,22	4,88	22,41	16,47	19,64	14,95	8,32	6,38	9,71	6,72
Brejo da Madre de Deus	9,78	14,80	11,41	12,10	21,37	20,83	13,18	16,27	10,88	14,57
Cachoeirinha	16,78	0,00	8,26	0,00	21,46	3,41	21,83	14,81	10,20	9,62
Camocim de São Félix	16,26	9,05	4,76	16,67	24,88	15,31	13,39	17,70	10,58	4,03
Caruaru	14,03	14,47	13,45	14,01	12,03	11,24	9,05	11,98	10,73	9,62
Cupira	11,70	12,47	21,69	5,81	12,66	17,81	11,30	23,50	8,85	25,00
Gravatá	9,95	10,82	10,17	8,83	11,06	11,22	12,26	3,82	9,65	10,55
Ibirajuba	29,41	9,62	10,99	19,61	0,00	0,00	0,00	0,00	10,10	0,00
Jataí	7,04	14,08	13,70	25,09	31,36	17,01	4,61	16,53	12,77	12,00
Lagoa dos Gatos	14,71	18,69	16,57	18,52	10,42	9,09	0,00	0,00	4,63	20,00
Panelas	21,58	2,53	28,50	10,81	23,60	12,38	21,11	13,89	8,13	18,52
Pesqueira	15,11	17,00	13,55	11,21	15,89	8,62	18,81	8,19	17,04	13,96
Poção	8,77	5,35	5,46	11,90	12,27	5,43	20,98	21,90	12,66	43,17
Riacho das Almas	11,11	19,01	7,63	10,83	11,56	13,65	0,00	9,55	10,70	3,23
Sairé	21,90	22,90	0,00	22,22	0,00	21,13	0,00	8,70	45,45	0,00
Sanharó	12,86	13,84	23,81	19,11	22,80	14,97	11,07	17,54	33,46	28,07
São Bento do Una	7,43	13,99	3,76	21,00	14,94	21,59	14,35	8,45	13,16	22,79
São Caitano	20,62	25,41	16,25	14,71	14,49	19,37	19,49	9,12	17,08	18,52
São Joaquim do Monte	11,17	19,35	14,93	5,83	11,24	5,57	15,29	3,26	8,57	0,00
Tacaimbó	20,51	6,29	0,00	16,85	25,97	10,99	34,48	20,13	29,76	17,05

Fonte- DATASUS. Elaboração Própria. Nota- As taxas de mortalidade são classificadas em altas (50 ou mais), médias (20 a 49) e baixas (menos de 20), parâmetros esses que necessitam revisão periódica, em função de

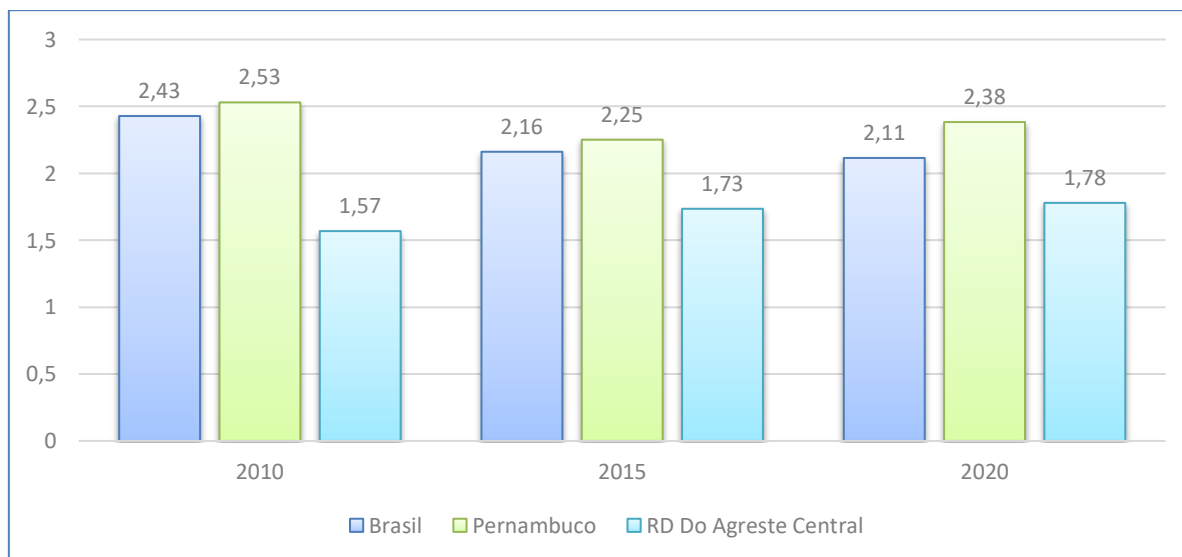
mudanças no perfil epidemiológico. Valores abaixo de 10 por mil são encontrados em vários países, mas deve-se considerar que taxas reduzidas podem estar encobrindo más condições de vida em segmentos sociais específicos.

4.3.4 Número de leitos hospitalares (internação)

Juntamente com o índice de mortalidade infantil o número de leitos hospitalares contribui para contextualizar a situação da saúde na RD do agreste. O número de leitos hospitalares (internação) por mil habitantes na RD do Agreste Central (1,78) é inferior ao do estado de Pernambuco (2,38) e do Brasil (2,11), em 2020, como mostra o Gráfico 14, sugerindo forte carência dessa RD, uma vez que Organização Mundial de Saúde considera que o ideal é de 3 a 5 leitos por mil habitantes.

Se analisarmos o período de 2010-2015, apenas a RD do Agreste Central conseguiu aumentar o seu número de leitos por mil habitantes, já entre 2015-2020, Pernambuco e a RD conseguiram aumentar seu número de leitos por mil habitantes.

Gráfico 12 - RD do Agreste Central- Leitos hospitalares por 1.000 habitantes



Fonte- DataSus. Nota- O município de Tacaimbó encontra sem dados de número de leitos.

Tradicionalmente o número de leitos por mil habitantes tende a ser menor no interior dos estados, uma vez que os hospitais e, consequentemente os leitos, se concentram em grandes centros (capitais e RM). Por outro lado, fica evidente que a RD do Agreste tem um longo caminho a percorrer, pois se encontra muito distante do recomendado pela OMS (3 a 5 leitos por mil habitantes). Tal realidade impõem um cenário difícil de se resolver a curto prazo, pois

requer investimentos de grande porte para os municípios e dada a situação conjuntural é pouco provável que investimento tanto a nível municipal, estadual ou mesmo federal venha a se concretizar no futuro próximo. Outro fator que atua negativamente é o fato que criação de hospital no interior geralmente são feitos em locais estratégicos, ou seja, é escolhido um município central para comportar as demandas de municípios vizinhos. Assim, se tomarmos como exemplo a pandemia da Covid-19, leitos de UTIs foram abertos no interior, mas em municípios previamente selecionado que atuassem com centros absorvedores de demanda de municípios vizinhos.

4.3.5 Número de matrículas por modalidade de ensino

Como já é de conhecimento de todos a educação desempenha papel primordial para o desenvolvimento não só econômico, mas também gera impactos sociais significativos. Garantir o acesso a uma educação de qualidade é fundamental para a geração de renda e contribui também para que empregos de maior valor agregado possam ser gerados.

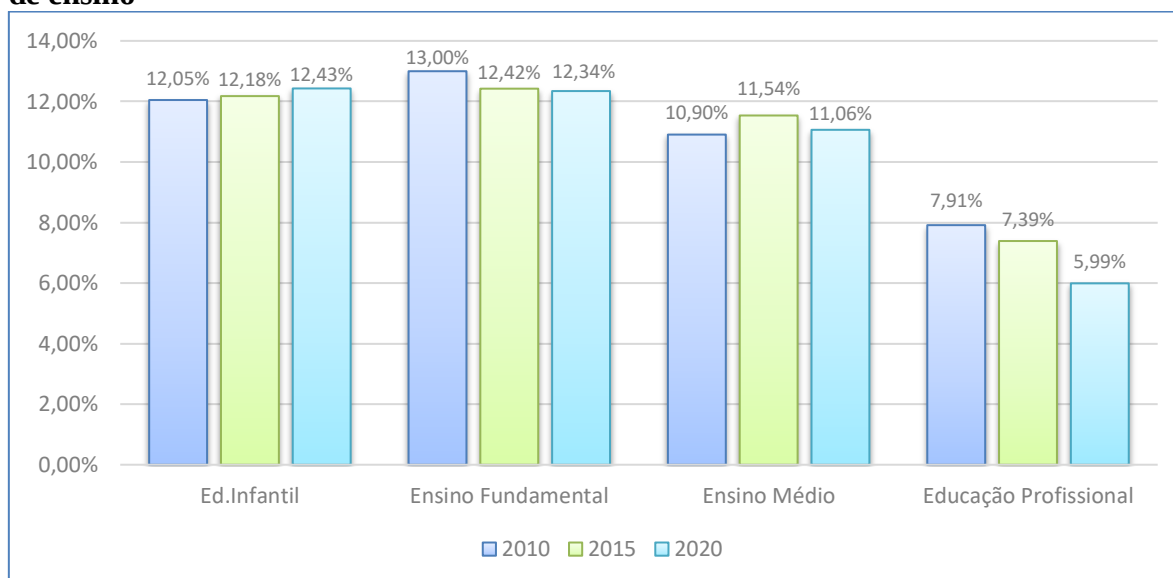
A Tabela 8 a seguir apresenta a distribuição de alunos por modalidade de ensino na RD do Agreste Central e em Pernambuco. É possível ver que é no ensino fundamental que estão matriculados o maior número de alunos (156.411 alunos), o que representa 64,3% do total de alunos matriculados nessa RD. Outro fato interessante é que a modalidade de ensino que mais aumentou seu número de alunos no período de 2010/2015 e 2015/2020 foi a educação profissional, cerca 328,47% e 5,40% respectivamente. Este dado é bastante interessante, pois mostra que a população está enfatizando o mercado de trabalho, ou seja, está procurando se qualificar tecnicamente para demandar em seguida por emprego. Haja visto que se considerarmos que a taxa de desemprego atual (2021) passou dos 14%, faz sentido esta mudança de perfil, já que os formados no ensino superior (universidade e faculdade) estão com enorme dificuldade de arrumar emprego.

O Gráfico 13, apresenta o percentual de alunos por modalidade de ensino na RD do Agreste Central em relação a Pernambuco. É possível observar que no ensino infantil, fundamental, médio e profissional, o percentual de alunos matriculados nessa RD corresponde a 12,43% 12,34%, 11,06% e 5,99% do total do estado para cada uma das modalidades.

Tabela 8 - RD do Agreste Central e PE- Número de matrículas por modalidade de ensino

PE e RD do Agreste Central		2010	2015	2020	Variação	
					2010/2015	2015/2020
Pernambuco	Educação Infantil	296.617	323.356	331.026	9,01%	2,37%
RD do Agreste Central	Educação Infantil	35.731	39.372	41.141	10,19%	4,49%
Pernambuco	Ensino Fundamental	1.486.076	1.327.947	1.267.292	-10,64%	-4,57%
RD do Agreste Central	Ensino Fundamental	193.156	164.949	156.411	-14,60%	-5,18%
Pernambuco	Ensino Médio	428.639	350.491	316.571	-18,23%	-9,68%
RD do Agreste Central	Ensino Médio	46.742	40.432	35.020	-13,50%	-13,39%
Pernambuco	Educação Profissional	19.839	91.040	118.351	358,89%	30,00%
RD do Agreste Central	Educação Profissional	1.570	6.727	7.090	328,47%	5,40%

Fonte- Elaboração própria. INEP. Nota- Dados relativos a soma das dependências administrativas (municipal, estadual, privada e federal).

Gráfico 13 - Percentual de alunos matriculados do total do estado para cada modalidade de ensino

Fonte- Elaboração própria. INEP.

4.3.6 Índice da Educação Básica (IDEB)

Um dos objetivos do IDEB é aferir a qualidade do ensino fundamental em todas as escolas dos municípios brasileiros. É um indicador extremamente importante, pois traça as diretrizes para

um ensino de qualidade para as crianças. A Tabela 9 abaixo apresenta as notas do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental (4ª série-5ª série) da Rede Pública (Federal, Estadual e Municipal) para o Brasil, Pernambuco e os municípios que fazem parte da RD do Agreste Central. Os municípios de Alagoinha, Belo Jardim, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Gravatá e Lagoa dos Gatos não atingiram as metas projetadas para 2019. Os demais municípios superaram ou igualaram as metas estabelecidas pelo INEP para 2019.

É importante ressaltar também que, no ano de 2019 Barra de Guabiraba, Bonito e Pannels atingiram notas expressivas no IDEB superando a do Brasil sendo elas 6.3, 7.1 e 7.6 respectivamente, ficando assim acima dos 6.0, média que o Brasil quer alcançar até o final de 2021 pelo fato de ser um patamar educacional correspondente ao de Países da OCDE. Outro fato importante é que entre os 26 municípios da RD do Agreste Central, o único que não atingiu as metas em todos os anos foi Belo Jardim ficando assim sempre abaixo da meta. Podemos observar também que Pernambuco nos anos analisados sempre esteve com uma Média menor que a do Brasil. No ano de 2019, 50% dos municípios da RD do Agreste Central atingiram média superior à do estado de Pernambuco, foram eles- Barra de Guabiraba (6.3), Bezerros (5.4), Bonito (7.1), Camocim de São Felix (5.2), Caruaru (5.5), Cupira (5.4), Ibirajuba (5.3), Pannels (7.6), Pesqueira (5.6), Poção (5.3), Sairé (5.7), São Bento do una (5.6) e São Joaquim do Monte (5.4).

Outro fato interessante é que entre 2007 a 2019 apenas 6 ou 23,08% dos municípios da RD do Agreste Central atingiram a meta do IDEB em todos os anos nesse período. Foram eles- Barra de Guabiraba, Cupira, Pannels, Riacho das Almas, São Bento do Una, São Caetano.

Tabela 9 - RD do Agreste Central- Notas do IDEB – 4ª Série / 5º Ano Rede Pública (Federal, Estadual e Municipal)

	IDEB OBSERVADO								METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	5.7	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8
Pernambuco	2.8	3.3	3.7	3.9	4.1	4.6	4.8	5.1	2.9	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1
Agrestina	2.8	3.0	3.1	3.2	3.7	4.2	4.4	5.0	2.8	3.2	3.6	3.9	4.1	4.4	4.8	5.1
Alagoinha	2.6	2.6	3.3	4.1	4.4	4.0	4.8	4.5	2.7	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0
Altinho		3.0	3.4	4.0	4.1	4.1	4.8	5.1		3.2	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0
Barra de Guabiraba	2.5	2.7	3.3	3.4	3.8	4.8	6.4	6.3	2.6	2.9	3.4	3.6	3.9	4.2	4.5	4.9
Belo Jardim	3.4	3.2	3.0	3.4	4.3	4.5	4.3	4.7	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Bezerros	3.4	3.6	4.3	4.0	4.5	5.7	5.5	5.4	3.4	3.8	4.2	4.5	4.8	5.0	5.3	5.6
Bonito	2.5	2.8	2.8	4.3	4.5	6.2	7.2	7.1	2.5	2.9	3.3	3.5	3.8	4.1	4.4	4.8
Brejo da Madre de Deus	2.8	2.9	3.2	3.9	3.9	4.4	4.5	4.4	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0
Cachoeirinha	3.0	3.3	3.5	3.8	4.6	5.0	5.1	4.7	3.0	3.4	3.8	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2
Camocim de São Félix	2.7	3.1	3.5	3.5	4.5	5.7	4.6	5.2	2.8	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1
Caruaru	3.5	3.6	3.9	4.3	4.2	4.5	5.2	5.5	3.6	3.9	4.4	4.6	4.9	5.2	5.5	5.8
Cupira	1.9	3.0	3.6	4.2	4.2	4.8	4.7	5.4	2.1	2.8	3.4	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8

Gravatá	3.0	3.0	3.5	4.1	4.0	4.2	4.2	4.8	3.0	3.4	3.8	4.1	4.3	4.6	4.9	5.2
Ibirajuba	3.0	2.9	3.5	4.3	4.4	4.7	5.1	5.3	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3
Jataúba	2.3	2.4	3.2	3.4	3.5	4.0	3.9	4.8	2.4	2.8	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8
Lagoa dos Gatos	2.6	3.4	3.9	3.7	4.0	4.7	4.6	4.6	2.6	3.0	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0
Panelas	2.7	3.0	4.0	4.4	5.0	5.9	7.1	7.6	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0
Pesqueira	3.4	3.3	3.9	3.6	3.5	4.3	4.5	5.6	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Poção	2.9	3.3	3.3	4.4	4.8	4.9	4.9	5.3	3.0	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3
Riacho das Almas	2.6	3.2	4.2	3.9	4.0	4.5	4.5	4.7	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9
Sairé	3.0	3.5	3.4	4.7	3.9	4.5	5.1	5.7	3.0	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3
Sanharó	2.7	3.1	3.4	4.0	3.7	4.0	5.0	5.1	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0
São Bento do Una	2.6	3.3	3.6	3.8	4.0	4.9	5.6	5.6	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9
São Caitano	2.8	3.2	3.4	4.3	4.3	4.7	4.8	4.8	2.8	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1
São Joaquim do Monte	3.0	3.2	3.6	4.1	4.4	4.8	4.5	5.4	3.0	3.4	3.8	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2
Tacaimbó	2.5	3.2	3.0	3.4	3.4	4.0	4.2	*	2.6	2.9	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8

Fonte- MEC/INEP nota- Fonte- * Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

A Tabela 10 a seguir mostra as notas do IDEB para os anos finais do ensino fundamental (8ª série - 9ª série) da Rede Pública (Federal, Estadual e Municipal) para o Brasil, Pernambuco e os municípios que fazem parte da RD do Agreste Central. Na série analisada de 2007 a 2019 o Brasil só alcançou a meta nos anos de 2007, 2009 e 2011. Já Pernambuco e alguns municípios da RD do Agreste Central (Bezerros, Bonito, Cupira e Pesqueira) conseguiram alcançar as metas do IDEB em todo o período analisado, fato importante é que apenas o município de Cupira conseguiu alcançar a meta do IDEB dos anos iniciais e finais do ensino fundamental.

No ano de 2019 apenas 6 municípios não conseguiram bater a meta do IDEB, foram eles- Alagoinha, Belo Jardim, Camocim de São Felix, Lagoa dos Gatos, Riacho das Almas e Sanharó. Vale ressaltar também que no ano de 2019 Agrestina, Barra de Guabiraba, Bezerros, Bonito, Caruaru, Cupira, Ibirajuba, Pesqueira, Poção, Sairé e São Bento do Una atingiram notas expressivas no IDEB superando a do Brasil e a do Estado de Pernambuco sendo elas 4.8, 6.2, 4.9, 6.8, 4.8, 4.9, 4.7, 4.8, 5.3, 4.8 e 5, no entanto apenas o município de Barra de Guabiraba ficou acima dos 6.0, média que o Brasil quer alcançar até o final de 2021.

Tabela 10 - RD do Agreste Central- Notas do IDEB – 8ª Série / 9º Ano Rede Pública (Federal, Estadual e Municipal)

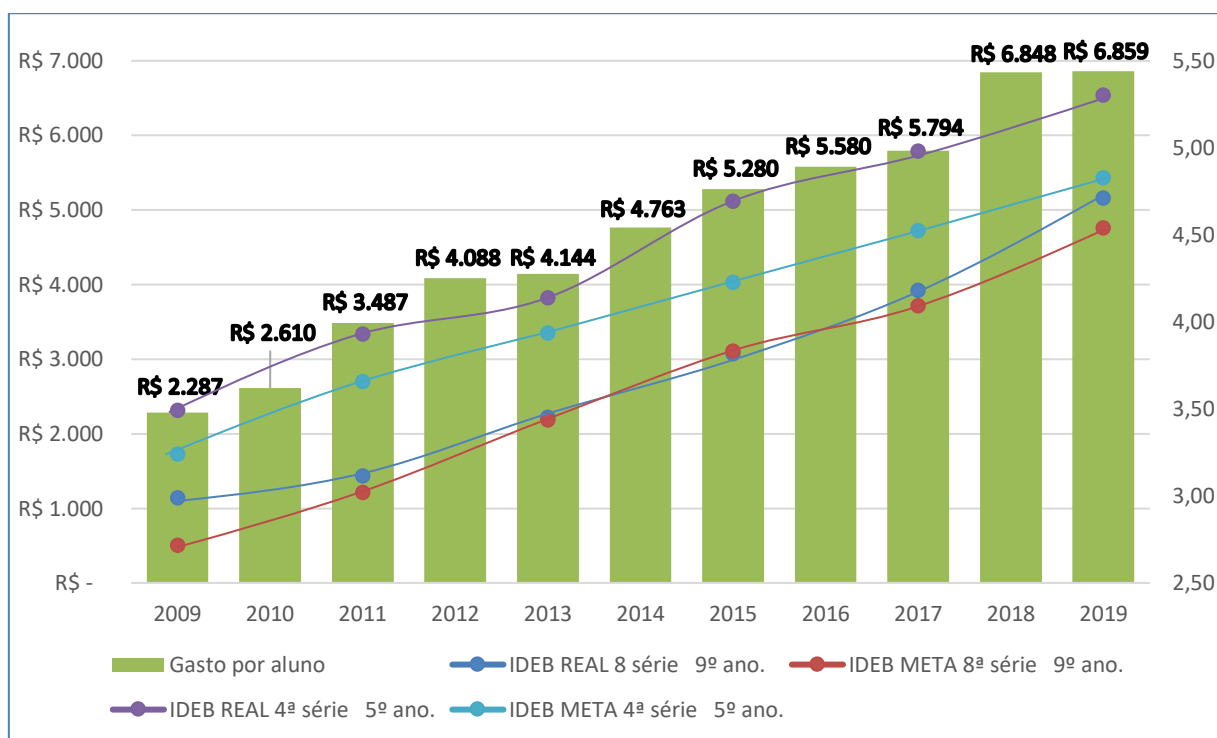
	IDEB OBSERVADO								METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	4.4	4.6	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2
Pernambuco	2.4	2.6	3.0	3.2	3.4	3.8	4.1	4.5	2.4	2.6	2.8	3.2	3.6	3.8	4.1	4.4
Agrestina	2.5	2.4	2.8	3.4	3.5	3.3	3.7	4.8	2.6	2.8	3.1	3.5	3.9	4.2	4.5	4.7
Alagoinha	2.5	2.6	3.2	3.6	3.3	3.8	3.6	4.0	2.6	2.8	3.1	3.6	4.0	4.3	4.6	4.8
Altinho	2.5	2.6	2.8	2.9	3.2	3.9	4.1	4.6	2.5	2.6	2.9	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5
Barra de Guabiraba	2.5	2.4	2.7	3.0	3.2	4.6	4.2	6.2	2.6	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.5
Belo Jardim	2.3	2.8	2.6	3.2	3.5	3.6	3.8	4.1	2.4	2.6	2.9	3.4	3.8	4.0	4.3	4.6
Bezerros	2.8	3.0	3.4	3.8	4.1	4.6	4.5	4.9	2.9	3.0	3.3	3.7	4.1	4.3	4.6	4.9
Bonito	2.5	2.5	2.8	3.4	4.2	5.3	5.5	6.8	2.5	2.7	2.9	3.3	3.7	4.0	4.2	4.5
Brejo da Madre de Deus	2.3	2.2	2.7	2.7	3.0	3.3	3.9	4.2	2.4	2.6	2.9	3.3	3.7	4.0	4.2	4.5
Cachoeirinha	2.2	2.4	2.6	3.0	3.0	3.8	4.6	4.6	2.3	2.5	2.8	3.3	3.7	4.0	4.3	4.5

Camocim de São Félix	3.2	2.9	3.4	3.8	3.3	4.3	3.7	4.6	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.3
Caruaru	2.5	2.6	3.2	3.2	3.4	3.8	4.0	4.8	2.6	2.8	3.1	3.6	4.0	4.2	4.5	4.8
Cupira	2.1	2.5	2.9	3.5	3.7	3.7	4.0	4.9	2.2	2.4	2.8	3.2	3.7	3.9	4.2	4.5
Gravatá	2.3	2.6	2.8	3.3	3.6	3.5	3.9	4.4	2.3	2.5	2.8	3.2	3.6	3.9	4.2	4.4
Ibirajuba	2.6	2.5	3.3	3.0	3.5	3.8	3.9	4.7	2.7	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.6
Jataúba	2.1	2.3	2.3	2.8	2.8	3.3	3.4	4.5	2.2	2.4	2.7	3.1	3.5	3.8	4.0	4.3
Lagoa dos Gatos	3.1	3.1	3.3	3.1	3.5	3.5	4.9	4.6	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.8	5.1
Panelas	2.4	2.3	3.2	3.6	3.7	4.0	6.6	*	2.5	2.6	2.9	3.2	3.6	3.9	4.1	4.4
Pesqueira	2.5	2.7	3.2	3.3	3.5	4.0	4.1	4.8	2.5	2.7	3.0	3.3	3.7	4.0	4.3	4.5
Poção		2.2	3.1	3.1	3.5	3.2	4.7	5.3		2.6	3.1	3.6	4.1	4.3	4.6	4.8
Riacho das Almas	2.3	3.0	3.0	3.1	3.5	3.1	3.6	4.1	2.4	2.6	2.9	3.3	3.7	3.9	4.2	4.5
Sairé	2.9	3.1	3.3		3.4	3.9	4.2	4.8	2.9	3.1	3.3	3.7	4.1	4.4	4.6	4.9
Sanharó	2.5	2.8	3.1	3.7	3.5	3.6	3.4	3.9	2.5	2.6	2.9	3.3	3.7	3.9	4.2	4.5
São Bento do Una	2.5	2.4	2.9	3.0	3.6	4.4	4.7	5.0	2.6	2.7	3.0	3.4	3.8	4.0	4.3	4.6
São Caitano	2.4	2.2	3.0	3.5	3.7	3.8	3.9	4.3	2.4	2.5	2.8	3.2	3.6	3.8	4.1	4.4
São Joaquim do Monte	2.0	2.4	3.2	2.9	3.3	3.7	3.8	4.4	2.1	2.4	2.9	3.4	3.9	4.1	4.4	4.7
Tacaimbó	2.7	2.6	2.9	3.1	3.1	3.4	4.0	4.5	2.7	2.9	3.1	3.5	3.9	4.2	4.4	4.7

Fonte- MEC/INEP nota- Fonte- * Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

O gráfico 14 abaixo traz os gastos por aluno versus IDEB. Analisando o gráfico podemos ver a partir das barras em verde que a RD do Agreste central no período entre 2009 e 2019 sempre aumentou sua despesa por aluno do ensino fundamental. Agora analisando as linhas do gráfico para os anos iniciais 4ª série-5ª série, é possível ver que em todos os anos o IDEB real (linha roxa) esteve acima da meta do IDEB (linha azul claro), já o IDEB real para os anos finais 8ª série-9ª série (linha azul escuro) apenas no ano de 2015 não esteve acima da meta do IDEB (linha vermelha). No geral para os anos iniciais e finais do ensino fundamental é possível ver que a nota do IDEB real sempre seguiu uma trajetória de alta, ficando sempre maior que a nota anterior observada. No geral podemos dizer que o aumento dos gastos por aluno no ensino fundamental tem influenciado a nota do IDEB dos anos iniciais e finais.

Gráfico 14 - Evolução do IDEB x Despesas Ensino Fundamental por Aluno RD do Agreste Central



Fonte- SICONFI e IDEB, INEP. Elaboração Própria. Nota- A despesa por aluno no ensino fundamental em alguns anos, foi calculada sem alguns municípios da RD do Agreste Central pelo fato de alguns não terem os dados de despesas ensino fundamental no SICONFI. No ano de 2011 o cálculo para RD do Agreste Central foi feito sem o município de Barra de Guabiraba; em 2013 foi feito sem os municípios de Altinho, Cupira, Panelas, Porção e Riacho das Almas; em 2014 o cálculo foi feito sem caruaru, nesses anos esses municípios estão sem a sua despesa do ensino fundamental.

4.3.7 Vítimas de crime violento letal e intencional

Um indicador social também bastante importante são as vítimas de crime violento. Altos índices de mortes violentas revela uma estrutura social desorganizada e frágil. Na maioria das vezes os altos índices de crimes violentos estão relacionados com as ações do crime organizado e tráfico de drogas. Dois fortes indícios da fragilidade de uma localidade. Neste sentido, podemos observar que a evolução da violência na RD do Agreste Central seguiu trajetória relativamente estável entre 2010 e 2020, com patamar oscilando entre cerca de 30 a 60 vítimas de crime violento e letal por 100 mil habitantes, como mostra a Tabela 11 a seguir.

No entanto, a partir de 2013, a média de vítimas de crime violento letal e intencional por 100 mil habitantes nessa RD passou a superar a de Pernambuco como um todo. Em 2020, por exemplo, o último ano disponível, a taxa de vítimas de crime violento letal e intencional foi de

39,07 no estado, enquanto na RD alcançou 41,09. Em 2010, esse mesmo indicador foi de 39,89 no estado e 34,80 na RD do Agreste Central (o menor da série).

O número de vítimas, em 2020, em São Joaquim do Monte (74,77) é o maior da RD, seguido de Cupira (74,46), diante de uma média da RD (41,09) e do estado (39,07). O município de Cachoeirinha (4,88) teve o menor número de vítimas de crime violento e letal em 2020. Em toda a série analisada o município que teve o maior número de vítimas para o ano, foi o de Cupira (171,00) em 2017. Em toda a série analisada, apenas em quatro municípios não houve ocorrências de vítimas letais Sanharó (2012), Ibirajuba (2013), Poção (2013) e Alagoinha (2019).

Tabela 11 - RD do Agreste Central- Vítimas de crime violento letal e intencional por 100.000 habitantes (%)

	População										
Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Pernambuco	39,89	39,55	37,17	33,66	37,01	41,62	47,61	57,30	43,94	36,30	39,07
RD Agreste do Central	34,80	38,85	35,65	35,35	43,17	55,26	58,48	74,44	50,89	46,35	41,09
Agrestina	57,55	78,66	52,00	67,11	54,05	65,96	110,41	73,04	56,68	68,31	35,91
Alagoinha	26,82	28,87	36,39	14,13	14,04	6,97	13,86	41,33	41,23	0,00	54,36
Altinho	13,38	40,23	17,88	13,13	48,11	65,57	43,69	109,19	56,62	52,24	60,91
Barra de Guabiraba	14,68	15,48	38,30	29,58	57,94	71,67	42,58	91,39	77,16	27,81	48,24
Belo Jardim	22,96	37,13	28,77	37,38	35,91	41,08	51,50	81,59	48,57	39,25	33,90
Bezerros	34,27	18,72	42,47	36,54	56,38	72,86	82,69	80,93	54,35	42,76	42,71
Bonito	46,53	29,29	39,96	18,28	49,84	55,13	31,52	76,23	62,91	52,45	60,34
Brejo da Madre de Deus	52,07	52,49	58,38	47,94	74,16	83,52	90,68	57,84	59,70	39,42	41,00
Cachoeirinha	38,62	26,38	20,96	60,99	65,61	30,07	24,90	108,86	44,43	14,72	4,88
Camocim de São Félix	12,07	23,18	5,75	16,69	38,59	49,20	70,50	59,19	53,69	79,94	52,91
Caruaru	41,88	47,56	40,11	42,97	40,02	58,77	63,98	73,57	47,64	46,52	37,51

Cupira	26,34	80,96	60,57	50,64	58,90	83,89	117,11	171,00	103,99	91,26	74,46
Gravatá	26,59	33,69	25,69	32,32	46,81	48,84	44,81	88,90	70,71	68,99	48,41
Ibirajuba	51,07	39,78	13,25	0,00	12,96	64,72	12,94	38,78	12,89	25,77	38,62
Jataúba	26,03	25,14	61,66	29,98	41,74	41,52	82,63	58,73	11,72	46,65	11,61
Lagoa dos Gatos	25,70	51,12	69,93	24,84	43,39	24,75	37,06	80,16	30,75	36,83	12,26
Panelas	50,98	23,41	30,76	49,03	22,65	30,23	41,60	71,92	41,52	45,33	64,26
Pesqueira	66,71	48,96	29,91	26,00	41,05	51,40	34,57	41,87	37,29	32,64	38,38
Poção	34,77	17,78	27,20	0,00	53,27	71,02	44,38	62,12	44,25	44,24	26,54
Riacho das Almas	5,28	20,75	5,16	15,04	19,94	79,30	59,15	44,13	44,02	48,67	33,90
Sairé	28,18	27,13	36,77	18,46	47,02	47,91	68,31	79,48	39,59	80,55	40,97
Sanharó	21,36	22,29	0,00	12,47	36,65	23,95	35,27	38,49	15,37	30,23	22,31
São Bento do Una	18,23	27,86	29,39	30,13	29,80	48,56	42,92	54,40	35,62	33,61	31,64
São Caitano	16,51	33,88	19,69	35,63	43,68	57,12	84,02	70,23	72,74	37,59	56,20
São Joaquim do Monte	36,58	14,61	53,43	18,98	47,34	33,06	47,14	136,43	89,14	70,24	74,77
Tacaimbó	8,15	23,60	47,26	38,66	38,72	85,33	46,61	77,80	38,79	46,61	54,44

Fonte- Secretária de Defesa Social

Enfatizar a criação e desenvolvimentos de programas com o objetivo de reduzir a possibilidade de jovens e adolescente desistirem da escola, os quais são as principais vítimas e autores da violência, juntamente com o desenvolvimento de políticas públicas em defesa dos mais vulneráveis (social e economicamente), melhorar os mecanismos de controle, apreensão de armas de fogo, ações contundentes contra o crime organizado e tráfico de drogas poderão reduzir a nível mais baixos o número de vítimas decorrentes de crimes violentos.

4.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

Essa seção tem como objetivo destacar aspectos relevantes na caracterização do perfil econômico da RD do Agreste Central.

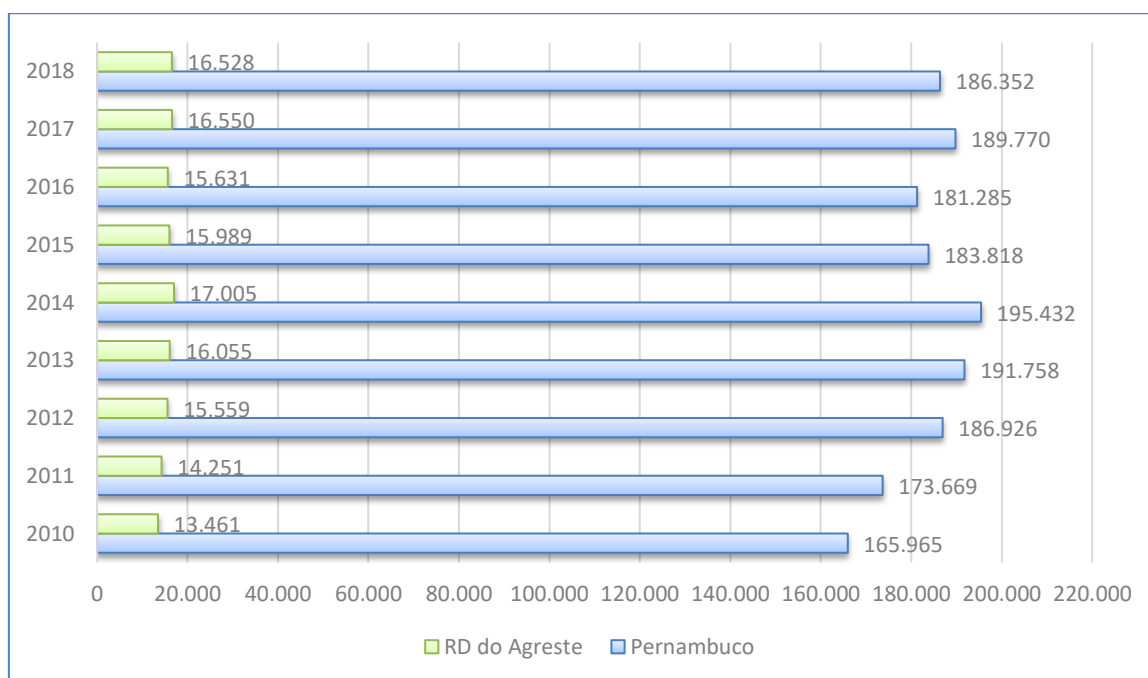
4.4.1 *Produto interno bruto (PIB)*

O PIB representa um dos principais indicadores da economia. É um indicador amplamente utilizado para medir o nível de atividade de um país, servindo, portanto, de termômetro (se observarmos um crescimento é sinal de que a economia vai bem, caso contrário é sinal de preocupação e que medidas serão necessárias para reverter a situação, o que nem sempre é fácil de fazer). Este indicador nos fornece uma medida bastante complexa, pois é composta por várias variáveis importantes que mensura o nível da atividade econômica e quando desagregada pode-se inferir/refletir muito da situação que um país está passando economicamente. Desta forma, podemos entender um pouco mais sobre a RD com os dados apresentados logo abaixo. Aqui também a série não está completa, pois o último PIB disponível é do ano de 2018. No Brasil o PIB, embora já esteja calculado para anos atuais, o IBGE não faz a divulgação, pois dada a complexidade desta variável fica refazendo/atualizando o seu cálculo. Neste sentido, esta variável sempre é informada com uma defasagem de 2 anos.

PIB da RD do Agreste Central, em 2018, último ano disponível, foi de R\$ 16,53 bilhões, o que representa 8,9% do PIB estadual, pouco maior que o percentual observado em 2010. Considerando o período 2010-2018, é possível observar que, em 2015, houve um recuo real do PIB de 5,97% (Gráfico 16). Esse resultado indica que RD do Agreste Central seguiu no mesmo sentido da economia brasileira que no mesmo ano registrou um recuo real de 5,94%.

Com exceção dos anos de 2015, 2016 e 2018, há registro de variação positiva do PIB, na RD para todos os demais anos da série observada. Vale também ressaltar que o crescimento médio real da economia da RD do Agreste Central no período 2018-2010, foi de 2,31%, sendo assim maior que o de Pernambuco que foi 1,30%.

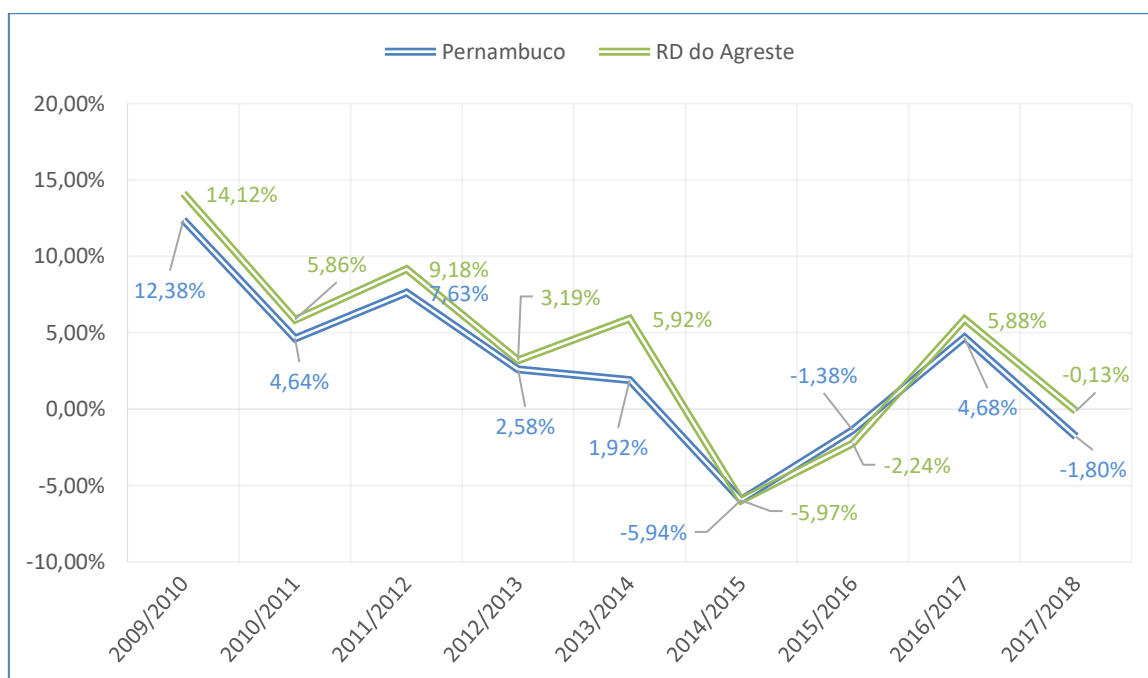
Gráfico 15 - Pernambuco e RD do Agreste Central PIB a preços constantes 2018 (R\$ milhões)



Fonte- Elaboração própria. IBGE. Corrigido pelo deflator do PIB.

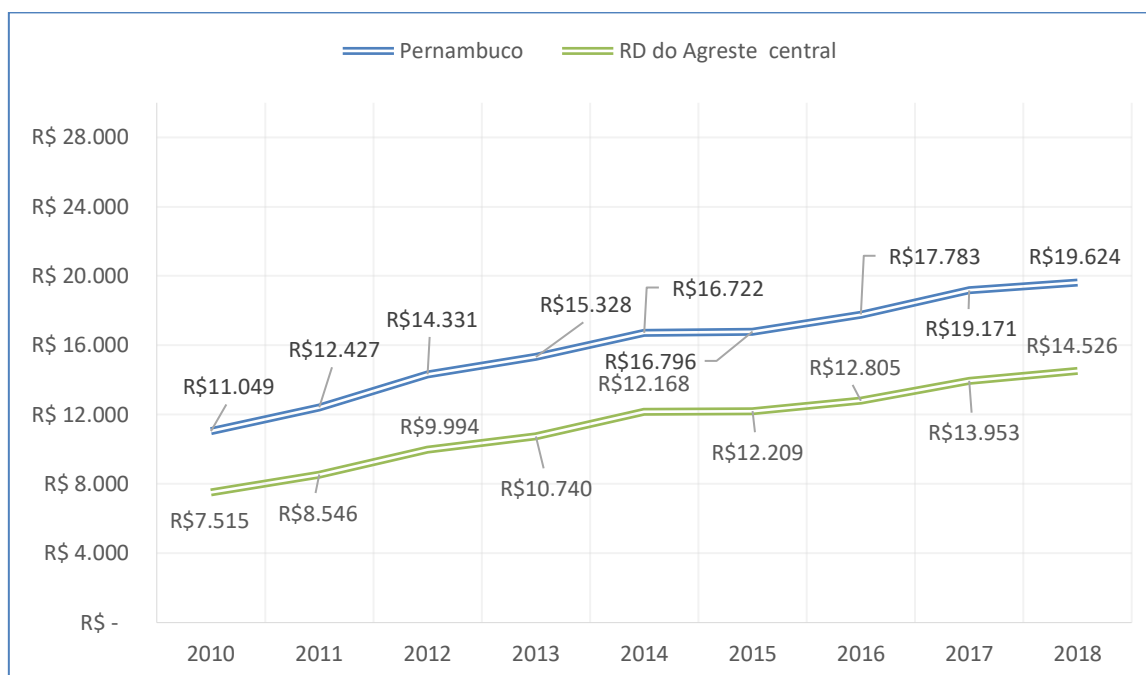
Observado o gráfico 16, podemos ver que nos anos em que o estado teve um crescimento real do PIB positivo, a RD do Agreste Central sempre esteve acima desse crescimento. Essa característica mostra que sempre que a economia pernambucana tem trajetória de crescimento, a RD sempre tem resultados melhores. Desta forma, há algo intrínseco na RD que gera um dinamismo econômico importante. Portanto, essa característica deve ser amplamente destacada, pois pode ser explorada para que novos investimentos possam ser direcionados para a região

Gráfico 16 - RD do Agreste Central- Crescimento real do PIB a preços constantes de 2018



Fonte- IBGE.

O PIB per capita da RD do Agreste Central, seguiu trajetória crescente e paralela, porém menor, no período 2010-2018, quando comparado com o do estado, como ilustra o Gráfico 17 a seguir. Analisando a série, é possível ver que o hiato entre o PIB per capita do estado e da RD, seguiu se ampliando a cada ano.

Gráfico 17 - RD do Agreste Central- PIB per capita a preços correntes

Fonte- IBGE.

Entretanto o PIB per capita, em grande parte, subestima ou superestima a renda média da sociedade. Assim, por exemplo, caso haja a concentração de grandes empresas em determinado município isto tende a elevar a renda média e, portanto, não refletir a realidade. E quando caminhamos na direção do interior dos estados tal observação fica mais evidente, já que é na região metropolitana que grandes empreendimentos costumam se concentrar. Uma alternativa é olharmos a renda média da população com os dados da PNAD-C, mas infelizmente ela não pode ser utilizada a nível de municípios, pois muito embora a PNAD-C tenha aumentado a sua amostra quando comparada a PNAD antiga, ela não permite fazer a extrapolação dos dados a nível de municípios.

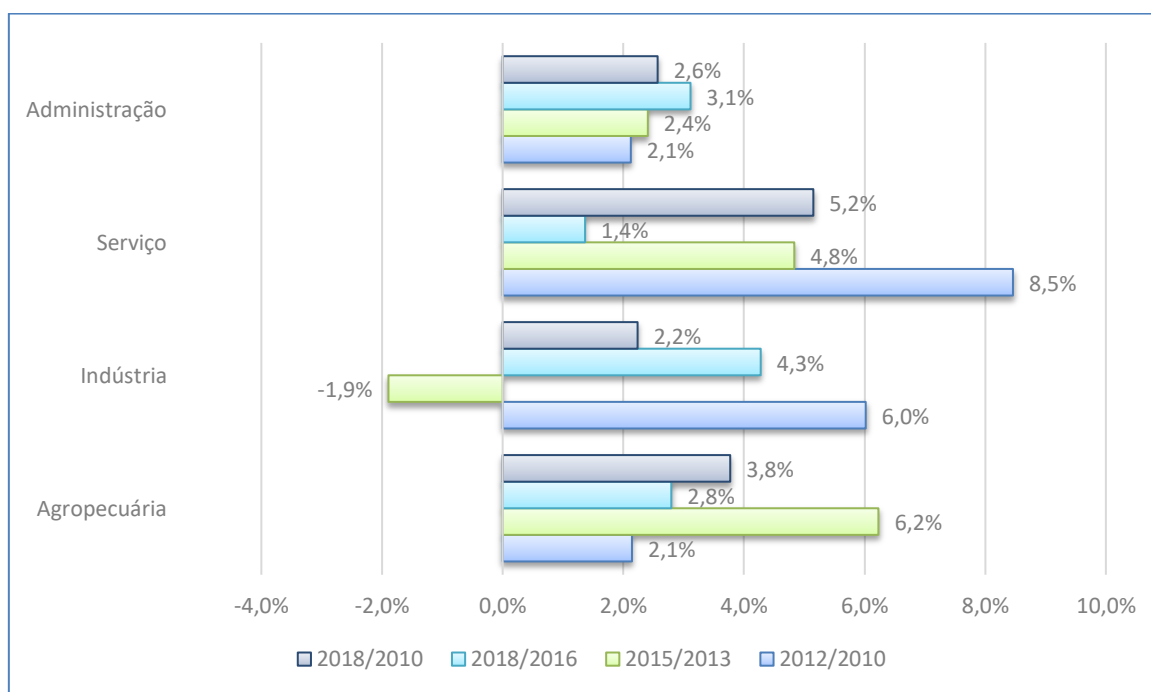
4.4.2 Perfil setorial

Para melhor compreender o PIB, foi realizada uma análise dos componentes do PIB. Desta forma, é possível, por exemplo, observar qual setor é mais dinâmico e qual é o de menor impacto para o PIB. A análise por setor se torna importante, pois permite ver em que direção uma determinada região pode caminhar, por exemplo, para expandir a renda de modo mais eficiente. A desagregação do PIB (ao menos em três grandes setores) se mostra oportuna também na medida que fornece ferramenta de gestão para que os governantes possam direcionar

os investimentos prioritários para maior benefício da sociedade (geração de renda, emprego e bem-estar social).

O Gráfico 18 a seguir, apresenta o crescimento médio real do VAB setorial da RD do Agreste central. É possível observar que, a taxa média real de crescimento do setor de serviços foi a maior no período de 2010/2018, no entanto se analisarmos esse mesmo período dividido de 3 em 3 anos, podemos notar que no período de 2010/2012 o setor que obteve a maior taxa média de crescimento real do VAB foi o setor de serviços, já entre 2013/2015 o setor que mais cresceu foi o da agropecuária, e entre 2016/2018 foi o setor da indústria. Por outro lado, no período de 2013/2015, o único setor que teve uma taxa de crescimento negativa foi o da indústria, obtendo uma taxa de -1,9%.

Gráfico 18 - RD do Agreste Central- Taxa média do crescimento real do VAB da agropecuária, indústria e serviço a preços correntes



Fonte- IBGE

Os Gráficos 19 e 20 abaixo apresentam a participação relativa da agropecuária, da indústria, dos serviços e da administração no VAB total na RD do Agreste Central, para anos com e sem seca⁵. A comparação considerando anos de com e sem seca é fundamental para que

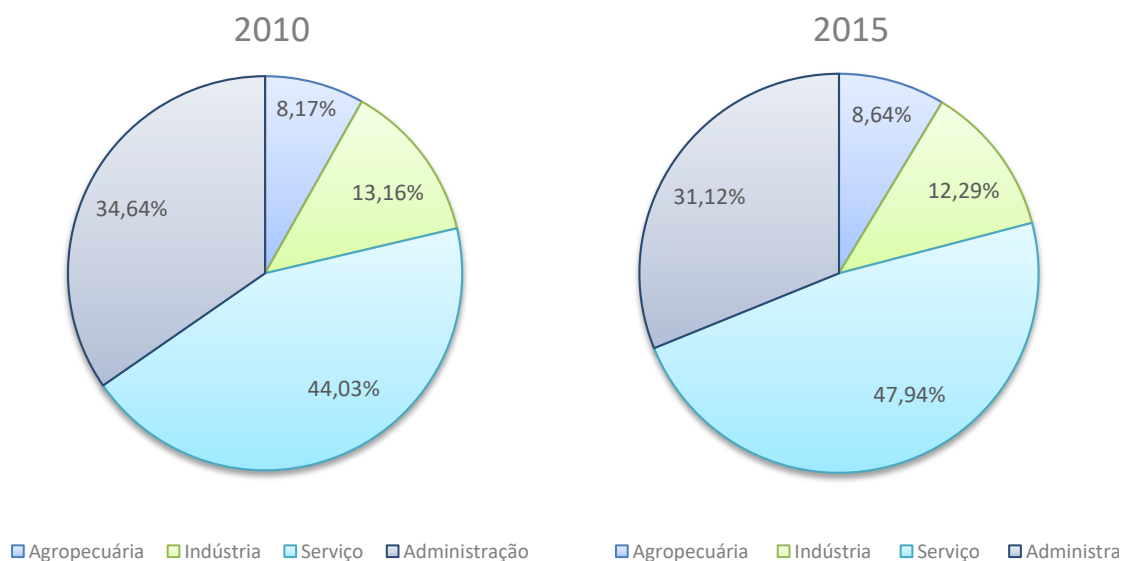
⁵ Wilhite DA, Sivakumar MVK, Pulwarty R .2014. Managing drought risk in a changing climate: The role of national drought policy. *Weather and Climate Extremes* 3, 4–13. Várias outras referências confirmam os anos de seca no semiárido nordestino.

a comparação relativa não seja afetada. Sabe-se que, por exemplo, a agricultura é fortemente influenciada por tal evento. Assim, se compararmos o crescimento deste setor com um ano com chuva e outra com seca, muito provavelmente teríamos um resultado melhor no ano com chuva. Também, caso o setor da agricultura tenha a maior participação no VAB, não considerar tal divisão (com e sem seca) irá distorcer enormemente os resultados.

A primeira constatação é que o setor de serviços, é o de maior participação no VAB, seguido pelo setor de Administração, independentemente de o regime de chuvas ser mais ou menos favorável à agropecuária. O setor de serviços, na maioria dos municípios localizados no interior sempre domina, a exceção é quando esses municípios conseguem atrair as indústrias, mas isso só acontece se houver profundos investimentos (por exemplo- mão de obra capacitada – investimento em educação; infraestrutura e não menos importante, o aspecto locacional)

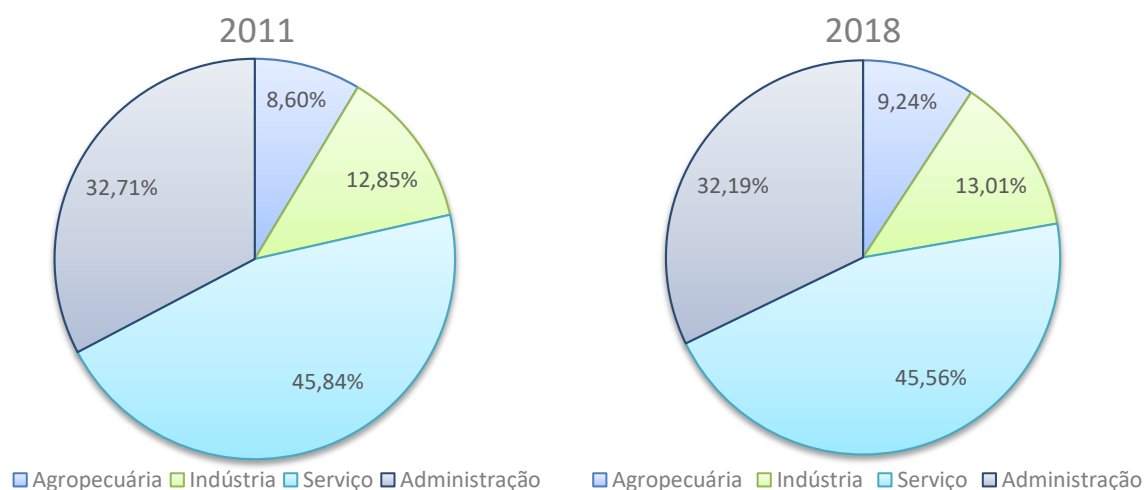
Com efeito, a participação dos serviços oscilou de 44,03% a 47,94%, em 2010 e 2015 (anos de seca), para 42,3% e 45,84%, em 2013 e 2018 (anos sem seca), respectivamente. Apesar da variação, o VAB do setor de serviços permaneceu com a maior participação no PIB. Comparando os anos com e sem seca, constata-se que, de fato, os anos caracterizados por estiagem, o VAB da agropecuária registra variação, no comparativo entre 2010 (seca) e 2011 (sem seca), 8,17% e 8,60%. A participação da indústria no VAB não parece estar relacionada com a ocorrência ou não de seca. O que esses gráficos permitem observar com clareza é a forte participação do setor de serviços no VAB.

Gráfico 19 - RD do Agreste Central- Participação da agropecuária, indústria e serviços no VAB (2010 e 2015), anos com seca a preços básicos



Fonte- IBGE. Elaboração própria.

Gráfico 20 - RD do Agreste Central- Participação da agropecuária, indústria e serviços no VAB (2003 e 2011) ano sem seca a preços básicos



Fonte- IBGE. Elaboração própria.

4.4.3 Mercado de trabalho

Analizamos apenas o mercado de trabalho formal. É sabido que o mercado informal de trabalho também concentra muitas pessoas, principalmente na RD do Agreste, por exemplo nos municípios que compõe o polo têxtil. Entretanto, trabalhar com esse tipo de variável a nível municipal através de dados secundários é impossível. Mais uma vez, vale ressaltar que há dados sobre emprego e renda do setor informal, dados esses que podem ser extraídos da PNAD-C, mas a pesquisa não contempla essas informações para os municípios brasileiros infelizmente. Desta forma, utilizamos dos dados do trabalho formal fornecidos pelo RAIS/MTE.

O mercado de trabalho formal na RD do Agreste Central é dominado, como mostra a Tabela 12 a seguir, pelos empregos gerados pelo setor de serviços (75.669 empregos) ou cerca de 52,19% do total de empregos da RD do Agreste Central em 2019, com destaque para a administração pública, outro fato interessante é que analisando o período de 2010 a 2019 de três em três anos o único setor que cresceu em todos os intervalos observados foi o de serviços 2010/2012(1,43%); 2012/2015(11,96%); 2015/2017(5,26%) e 2017/2019(5,19%). Já era de se esperar que o setor de serviços absorvesse a maior parte da mão de obra da RD, pois conforme observado anteriormente, o setor de serviços é que tem o maior peso na composição VAB e consequentemente no PIB.

O comércio participa, com 33.957 empregos, ou 23,42% do total, a indústria participa com 26.665 empregos, ou 18,39% do total no ano de 2019. Os empregos gerados pelo setor de construção civil e da agropecuária são inexpressíveis (2,18% e 3,82% do total em 2019), reforçando a fragilidade destes setores nessa RD. O baixo nível de emprego na agropecuária pode estar relacionado ao fato dela ter baixa participação no VAB, sofrer longos períodos de estiagem e não ter se articular com o agronegócio.

A administração pública, defesa e seguridade social responde por 45,7% do total de empregos. Essa é uma característica muito forte nos municípios do interior, ou seja, alta dependência do setor público na garantia do emprego. É difícil reverter esta situação, mas é importante que tais municípios comecem a vencer este obstáculo e promover outros setores da economia para que possam absorver a mão de obra. A atração de investimentos produtivos é essencial neste processo. Mas isto depende de uma série de investimentos prévios

(investimentos em educação/capacitação e infraestrutura, por exemplo) que criem as condições para a atração de investimentos.

Tabela 12 - RD do Agreste Central- Emprego total por setor

Setor	2019	2017	2015	2012	2010
Indústria	26.665	26.388	28.189	27.234	22.300
Construção Civil	3.165	2.842	3.756	4.815	3.506
Comércio	33.957	33.287	34.702	32.275	27.402
Serviços	75.669	71.938	68.343	61.042	60.181
Agropecuária	5.538	8.324	8.416	8.370	7.100
Total	144.994	142.779	143.406	133.736	120.489

Fonte- Rais/MTE.

Em todos os anos considerados exceto 2010 na Tabela 13 a seguir, o rendimento médio real dos trabalhadores da agropecuária na RD do Agreste Central é inferior ao demais setores. O setor serviço é o que apresentou o maior rendimento médio entre os setores da economia da RD em todos os anos observados, com uma diferença até considerável comparada com os demais setores. Nos períodos observados todos os setores tiveram crescimento no seu rendimento médio real.

Tabela 13 - RD do Agreste Central- Rendimento médio real por setor, a preços constante de 2019 (R\$)

Setor	2019	2017	2015	2012	2010
Indústria	1.531,97	1.541,82	1.440,44	1.394,56	1.263,47
Construção Civil	1.456,06	1.641,77	1.576,85	1.499,28	1.364,90
Comércio	1.389,81	1.432,79	1.336,14	1.257,32	1.160,40
Serviços	1.978,51	2.022,60	1.909,59	1.845,40	1.646,53
Agropecuária	1.258,86	1.335,79	1.326,97	1.226,98	1.173,82
Total	1.719,62	1.748,61	1.635,69	1.560,50	1.429,03

Fonte- MTE

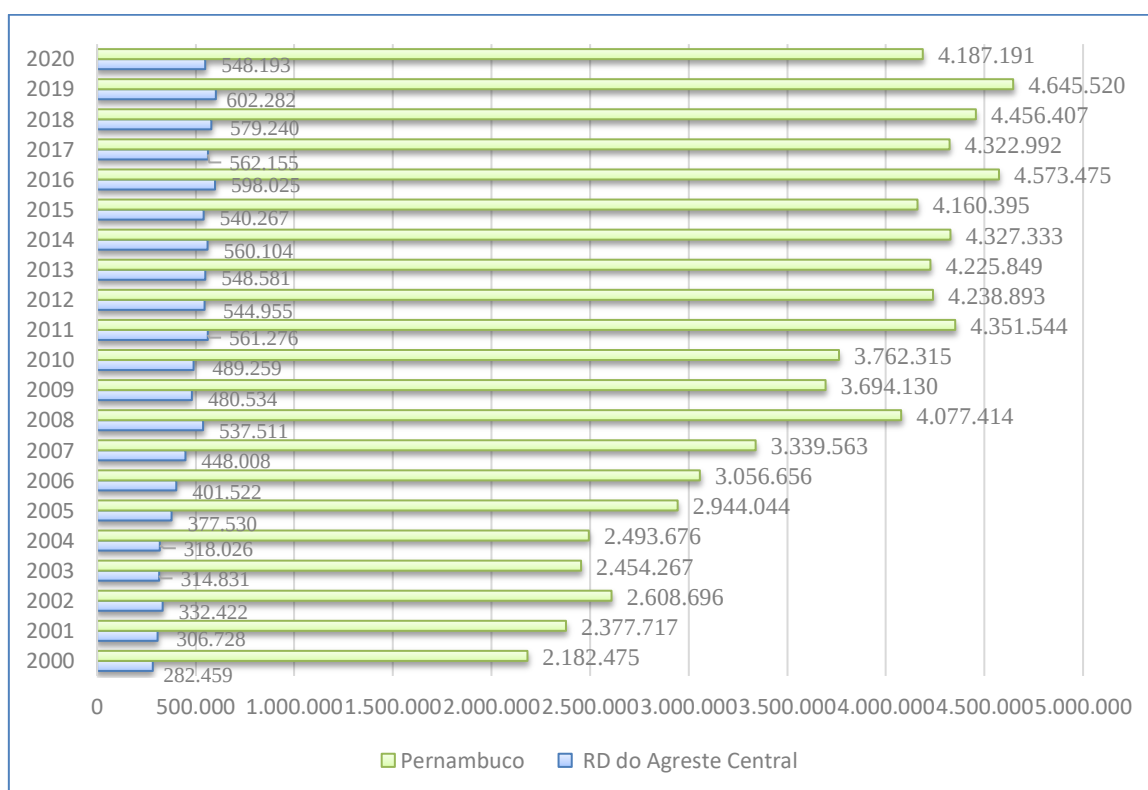
4.4.4 Finanças públicas

Neste item é tratado a parte da economia que cuida dos pagamentos governamentais, administração e desempenho, ou seja, abrange tanto a captação de recursos pelos agentes, sua gestão e desembolso para atender a sociedade. É uma parte da economia muito importante, principalmente na questão de gestão de recursos.

O Gráfico 21 a seguir apresenta a errática evolução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), no período de 2000-2020. O comportamento irregular dos repasses do FPM, a principal fonte de receita para municípios de pequena base econômica, sobretudo do Norte e Nordeste, esse recurso é composto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR), tributos da esfera federal, onde sua arrecadação depende não apenas do desempenho da indústria, mas também das empresas de forma geral. Assim, podemos dizer que o crescimento da economia brasileira assume um papel de destaque na determinação do volume dos repasses aos municípios. Na RD do Agreste Central, o montante real de repasses em 2020 (R\$ 548,193 milhões) é menor que o de 2014 (R\$ 560,104 milhões).

O ano de 2020, comparado com o ano anterior, houve uma queda no valor real dos repasses do FPM de quase 9%, ampliando a grave fragilidade fiscal dos municípios.

Gráfico 21 - Pernambuco e RD do Agreste Central e Setentrional- FPM a preços constantes de 2020 (R\$ 1.000)

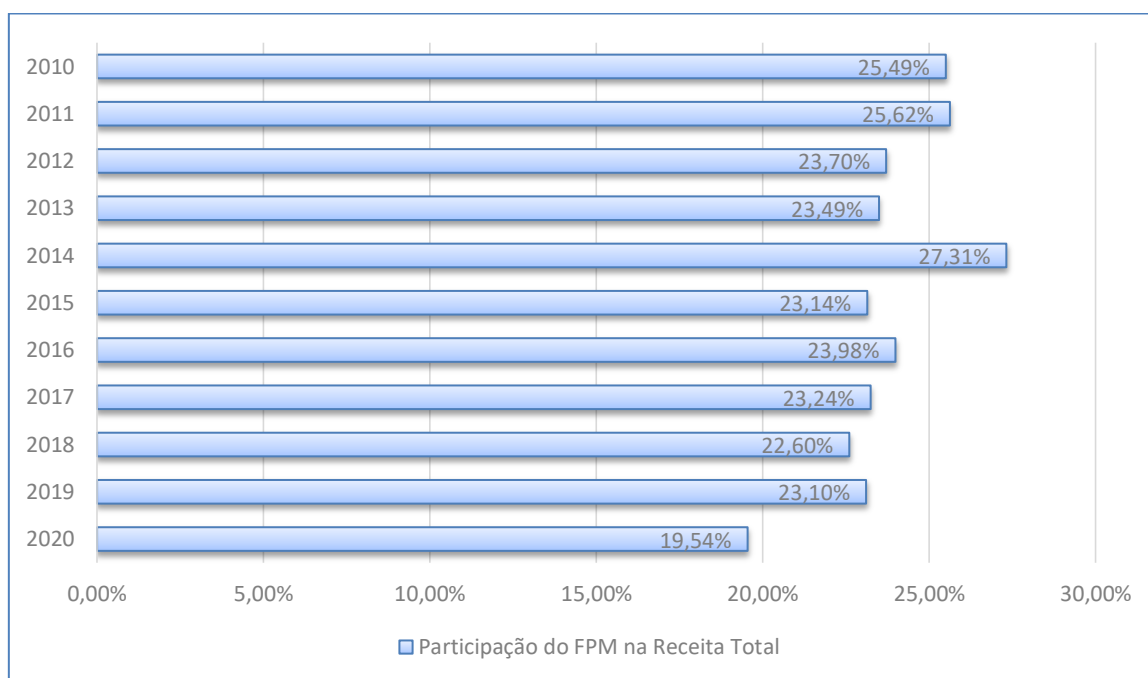


Fonte- Tesouro Nacional

A dependência dos municípios aos repasses do FPM, por outro lado, não é um fenômeno recente. Assim, o Gráfico 22 abaixo, ilustra que cerca de 1/5 das receitas dos municípios da RD do Agreste Central, em 2020, é oriunda dos recursos do FPM, mas houve redução nessa

dependência, conquanto entre 2010 e 2020 a participação do FPM sobre a receita total recuou em aproximadamente 5,95%. É possível ver também que no ano de 2014 temos a maior participação do repasse, chegando a 27,31% da receita total da RD do Agreste Central.

Gráfico 22 - RD do Agreste Central- Participação do FPM na receita total a preços constante de 2020 (%)



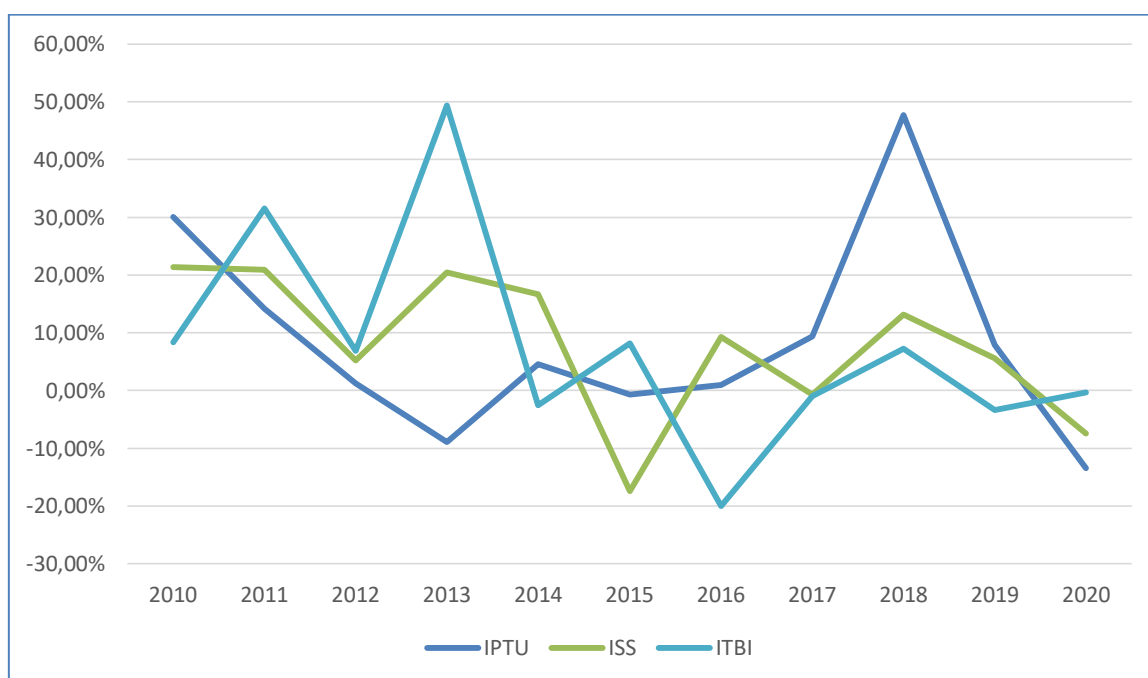
Fonte- Tesouro Nacional. Elaboração própria. Nota- (1) Receita total deduzida do Fundeb; (2) no ano de 2014 a receita total e o FPM da RD foram calculados sem o município de caruaru, o mesmo não tem o dado da Receita no Siconfi.

O gráfico 23 a seguir apresenta as principais fontes de arrecadações municipal da RD do Agreste Central, sendo elas o IPTU, ISS e ITBI. No período de análise de 2010 a 2020 é possível notar a grande variação dessas arrecadações. Essas arrecadações mostram, de certa forma, um pouco a dinâmica da RD. Se olharmos para a variação do IPTU, temos que ele apresentou tendência de queda até 2015 quando começou a crescer e a partir de 2018 a 2019 teve um expressivo crescimento, para depois voltar a cair e atingir o pior nível da série em 2020. Sabe-se que tradicionalmente o IPTU é uma das primeiras contas que o brasileiro deixa de pagar em momentos difíceis, seja pelo fato de os juros cobrados serem menores quando comparado às outras dívidas, seja pelo sentimento de que tal atraso no pagamento não irá provocar problemas mais sérios, desde que não queira vender o imóvel. Sabe-se também que a carteira de inadimplente relacionados ao IPTU (considerando todos os anos) é muito grande na maioria dos municípios brasileiros e, isto pode ser uma importante fonte de renda para os municípios.

Entretanto, executar tal cobrança não é uma questão tão trivial, pois trata-se de uma política que os agentes (prefeitos) não fazem rotineiramente, pois consideram que o efeito político é muito danoso (política antipopulista), principalmente visualizando futuras candidaturas. Desta forma, infelizmente, para muitos municípios a realidade é outra, ou seja, ao invés de acionar judicialmente tal cobrança e assim aumentar o caixa, eles preferem parcelar em inúmeras vezes e inclusive fornecendo perdão total dos juros e encargos/correções.

Com relação ao ISS, ao contrário do que ocorreu como o IPTU em 2015, este apresentou uma queda abrupta, muito decorrente da crise vivenciada neste período. E como já observamos a RD do Agreste é em grande parte dependente o setor de serviços. Logo em seguida, em 2016 ele volta a crescer (mais não consegue voltar ao nível de 2010 e 2013 quando atingiu o maior crescimento), para depois voltar a cair a partir de 2018 em diante.

Gráfico 23 - RD do Agreste Central Taxa real de crescimento (IPTU/ISS/ITBI) a preços constante de 2020 (%)



Fonte- SICONFI. Elaboração Própria.

Já o ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) foi o que apresentou uma variação totalmente errática durante todo o período. Um detalhe é que em momentos em que a economia passa por dificuldade o ITBI apresentou taxas crescentes. Veja por exemplo o ano de 2015 e 2020, em tais anos ele teve crescimento. Uma possível justificativa é que nestes momentos os agentes procuram vender seus imóveis para conseguir renda adicional. Assim, como tal imposto é gerado quando se vende um imóvel, o município consegue aumentar a arrecadação.

Entretanto, os tributos municipais são insuficientes na geração de receitas, ficando, portanto, refém das transferências estaduais e federais.

4.4.5 Comércio exterior

Muito embora o comércio exterior da RD do Agreste não seja tão forte é importante observar este setor da economia, pois pode mostrar alguma tendência que pode ser explorada com o objetivo de gerar incentivos para setores que podem evoluir aproveitando a demanda externa. Neste sentido, são apresentados abaixo informações qualificadas da balança comercial.

As exportações da RD do Agreste Central são fortemente concentradas. A Tabela 14 abaixo mostra as exportações são bastantes concentradas em Acumuladores elétricos e seus separadores, as quais representam 92,41% do total, em 2020. As vendas de Acumuladores elétricos e seus separadores (USD 37.514.717 milhões) representam o maior item das exportações da RD do Agreste Central, seguida de tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja é importante frisar que esses cinco principais produtos representam 99,85% do total da RD.

Com relação ao principal item exportado, os acumuladores elétricos, são produzidos no município de Belo Jardim pela empresa Moura, considerada a maior empresa produtoras de baterias para automóveis da América Latina. Tal empreendimento é responsável pela geração de um grande volume de empregos diretos e indiretos na região. Aspecto que contribui significativamente para o desenvolvimento da RD e merece atenção especial por exercer um forte impacto econômico.

Tabela 14 - RD do Agreste Central- Cinco principais produtos exportados em 2020

Produtos	Valor FOB (US\$)	Part. (%)
Acumuladores elétricos e seus separadores	37.514.717	92,41
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	1.307.000	3,22
Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 0105	1.047.657	2,58
Chumbo em formas brutas	531.884	1,31
Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002, 3005 ou 3006) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via sub	130.181	0,32
Sub Total	40.531.439	99,85
Total	40.593.850	100

Fonte- MDIC. Elaboração própria.

Com relação às importações, o chumbo em formas brutas representa o mais importante item da pauta de importações da RD do Agreste Central, participando com 45,71% do total, (USD 84.919.082 milhões), em 2020, como indica a Tabela 15 abaixo, seguidos das importações de tecidos de fios de filamentos sintéticos (USD 12.542.672 milhões), com 6,75%, as quais somadas representam 52,47% das importações dessa RD.

Tabela 15 - RD do Agreste Central e Setentrional- Cinco principais produtos importados em 2020

Produtos	Valor FOB (US\$)	Part. (%)
Chumbo em formas brutas	84.919.082	45,71
Tecidos de fios de filamentos sintéticos, incluídos os tecidos obtidos a partir dos produtos da posição 5404	12.542.672	6,75
Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico não alveolar, não reforçadas nem estratificadas, sem suporte, nem associadas a outras matérias	11276122	6,07
Outros tecidos de malha	10939508	5,89
Cebolas, chalotas, alho comum, alho-porro e outros produtos hortícolas aliáceos, frescos ou refrigerados	6977242	3,76
Sub Total	126.654.626	68,18
Total	185.763.142	100

Fonte- MDIC. Elaboração própria

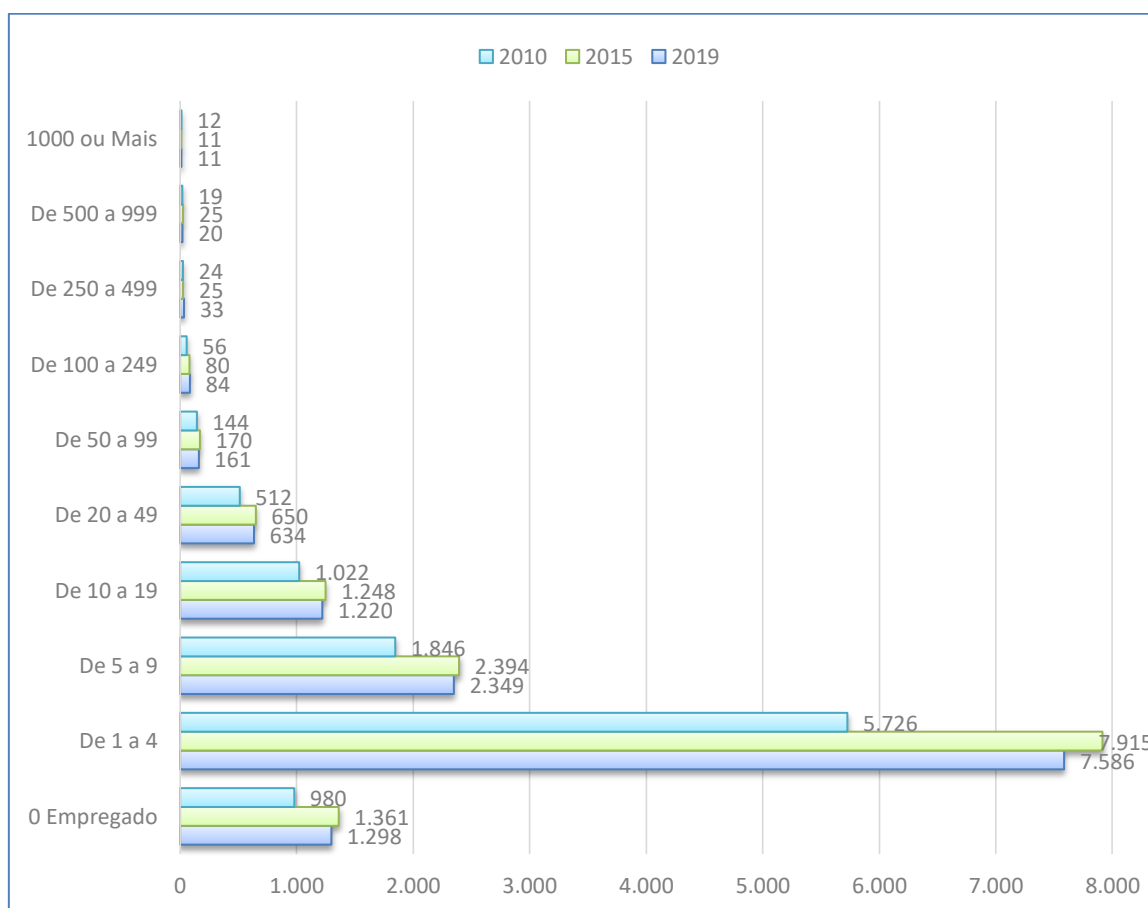
Os dois principais itens da pauta de importação sevem como insumo para dois grandes polos localizados na RD do Agreste- o maior Polo produtor de baterias da América Latina e o Polo Têxtil. Estes dois polos são extremamente importantes para a RD. Neste sentido, com certeza o cenário econômico futuro desta RD deve passar, não somente por novos investimentos nestas áreas, mas também políticas públicas para aproveitar os efeitos de transbordamento de tais polos.

4.4.6 Estabelecimentos por porte

Os Gráficos 24 e 25 apresentam a segmentação dos estabelecimentos, na RD do Agreste Central, segundo o número de empregados. Os estabelecimentos com perfil de microempresas, que empregam entre 1 e 4 pessoas, em 2019, somaram 7.586, valor significativamente superior ao de 2010 (5.726 estabelecimentos), no entanto inferior a 2015 (7.915), seguidas dos estabelecimentos que empregam entre 5 a 9 pessoas (2.394 estabelecimentos), como indica o Gráfico 24 a seguir. Em 2019, apenas onze estabelecimentos empregavam mil ou mais pessoas. O número de estabelecimentos com zero empregados, no período de 2010 a 2019, cresceu cerca de 32%.

Gráfico 24

RD do Agreste Central- Número de estabelecimentos por empregados

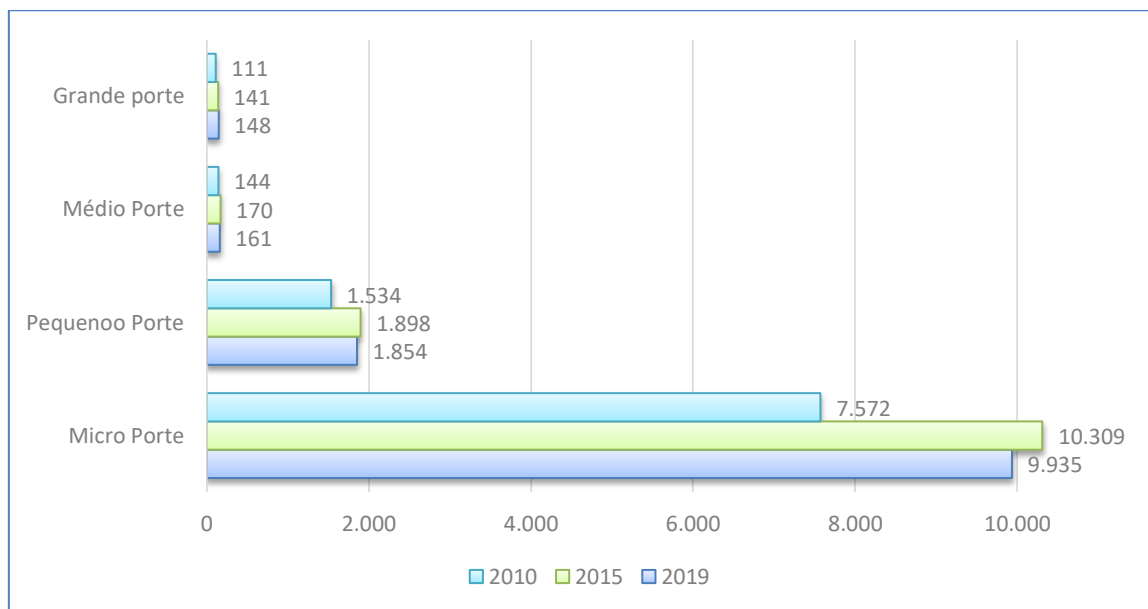


Fonte- MTE. Elaboração própria.

O Gráfico 25 abaixo mostra que, em 2019, cerca de 82,1% dos estabelecimentos na RD do Agreste Central possuem perfil de microempresas (9.935), as quais correspondiam a 80,9%, em 2010, isto é, sem alteração significativa. Os estabelecimentos de pequeno porte participaram

em 2019 e em 2010 com 15,3% e 16,4% do total, respectivamente. Assim, os micros e os pequenos estabelecimentos representaram, em 2019, 97,4% do total de estabelecimentos.

Gráfico 25 - RD do Agreste Central e Setentrional- Classificação de estabelecimento por porte



Fonte- MTE. Elaboração própria. Nota- (1) Estabelecimentos com porte de microempresa (até 9 empregados); pequeno porte (de 10 a 49 empregados); médio porte (de 50 a 99 empregados) e grandes estabelecimentos (100 ou mais empregados)

As micro e pequenas empresas são essenciais, pois empregam grande parte da mão de obra. São extremamente necessárias para o desenvolvimento de uma região, entretanto, infelizmente são mais suscetíveis aos efeitos adversos de uma crise, ou seja, sofrerem influências negativas da conjuntura econômica. São as primeiras sentir o impacto negativo de uma desaceleração da economia. Por outro lado, as grandes empresas, por seu porte, conseguem absorver melhor os efeitos adversos. São estruturalmente mais fortes para passar por uma crise econômica mais severa, mas como podemos observar nos dados acima, o percentual destas empresas na RD é muito reduzido e atraí-las não é fácil e simples. Por isso, é tão importante para a RD conduzir políticas públicas com um olhar especial para este tipo de empresas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de cenário econômico é uma ferramenta importante para avaliarmos a economia de um município, região ou país, com ela pode-se observar flutuação histórica dos dados que a influenciam, e com isso ter uma visão da situação econômica de determinado local. A presente análise tratou do cenário econômico da RD do Agreste Central de Pernambuco, tendo como pano de fundo a situação econômica brasileira a qual faz parte. As informações foram baseadas em dados secundários. Um avanço na análise seria coletar dados primários através de entrevistas com os principais empresários e gestores nos municípios que compõem a RD do Agreste. Desta forma, traríamos para a análise informações sobre o real sentimento e perspectivas futuras dos principais agentes responsáveis pelo dinamismo/gestão da RD.

Pode-se observar que no período em análise a economia brasileira apresentou oscilações significativas em todos os indicadores apresentados e isso, como não poderia ser diferente, refletiu no desempenho da RD do Agreste. Assim, contextualizar a situação econômica e social do país ajudou compreender melhor a situação vivenciada pelos municípios que compõem RD.

Era de se espera que a RD seguisse os caminhos observados no agregado, mas o importante neste aspecto foi traçar um perfil ao qual a própria RD estava inserido, pois ela é parte de um todo que é o Brasil. Desta forma, políticas adotadas a nível nacional repercutem em todas as RDs, entretanto, dada a dimensão continental do país, tais medidas podem ter impactos diferenciados nas RDs, em função da própria dinâmica vivenciada para cada RD.

Assim como ocorreu a nível agregado, a RD do Agreste também foi impactada pelos três momentos já enumerados anteriormente. Primeiro, no início da série analisada, a RD apresentou taxas de crescimentos real do PIB significativas (14,2% em 2010), taxas essas superiores à própria taxa de crescimento de Pernambuco e, praticamente o dobro se comparada a taxa verificada para o país. Também ao longo de praticamente toda a série a RD do Agreste apresentou taxas de crescimento superiores se comparado ao Estado. Portanto, há algo intrínseco na RD que gera um dinamismo econômico importante. Portanto, essa característica deve ser amplamente destacada, pois pode ser explorada para que novos investimentos possam ser direcionados para a região.

Em segundo, a crise em 2015 também teve impactos na RD, tendo em vista que o crescimento real do PIB ficou em -5,97 (2015) e -2,24 (2016). Entretanto o terceiro momento, não é possível retratar por falta de informações, pois a série do PIB mais atual vai até 2018.

Entretanto, pode-se ter uma noção da direção do crescimento. Olhando a última taxa de crescimento em 2018, a RD do Agreste teve uma queda de -1,80% e dado que em seguida, em 2020 temos a crise enfrentada pela Pandemia Covid-19, onde o país apresentou uma taxa estimada negativa de -4,1% e Pernambuco uma taxa de -1,4%, muito provavelmente também a RD tenha apresentado uma queda neste indicador.

Por outro lado, o PIB per capita da RD do Agreste é sistematicamente menor, porém a diferença ampliou-se ao longo do tempo. Essa constatação é mais evidente a partir de 2009, quando teve início um processo de aprofundamento do hiato entre o PIB per capital do estado e dessa RD, influenciado pelo decréscimo do VAB da indústria e dos serviços.

Outro fato constatado foi à dependência dos municípios dessa RD aos repasses do FPM. Onde em 2020 cerca de 1/5 das receitas dos municípios da RD do Agreste Central, é oriunda dos recursos do FPM, no entanto houve redução nessa dependência, conquanto entre 2010 e 2020 a participação do FPM sobre a receita total recuou em aproximadamente 5,95%.

A RD do Agreste, sobretudo no município de Caruaru, o de maior base econômica da região, bem como os demais municípios em seu entorno, foi duramente atingida pelos efeitos da crise econômica de 2015. Os desdobramentos da recessão econômica se fizeram sentir, de forma acentuada, no tocante à mudanças nas condições de crédito e na inadimplência. Assim, em períodos caracterizados por forte contração da economia, os bancos tendem a reduzir a concessão de crédito e tornam mais rigorosas as renegociações de dívidas, o que contribui para aumentar a inadimplência. Esses mesmos aspectos são observados também na crise iniciou em 2020.

Ainda mais, em 2020, a falta de renda decorrente do fechamento da economia juntamente com o endividamento das famílias impôs ainda mais restrições ao consumo, e não foi ainda pior porque o governo criou o auxílio emergencial. Como consequência, inúmeras empresas quebraram, enquanto outras ficaram “observando”. As empresas procuraram se ajustar às mudanças nas condições do mercado, tendo como consequências as demissões e cancelamento de novos investimentos.

Outro aspecto que merece destaque é em relação aos impactos da crise econômica sobre o pessimismo entre os agentes econômicos, que bloqueou ainda mais as decisões de consumo e investimento. Os novos desafios nesta área são enormes, pois além de criar mecanismos para que os empreendimentos e investimentos na RD venham a ocorrer é preciso paralelamente a

isso gerar condições favoráveis para que o consumo das famílias retorne, ao menos à níveis pré pandemia.

Um aspecto que pode ajudar a RD a gerar um cenário mais otimista é olhar para o setor de vestuário e confecções. No caso do segmento de vestuário e confecções, uma das mais importantes atividades econômicas da RD do Agreste, as empresas podem reagir à crise econômica prospectando novos mercados, como forma de atenuar a queda da demanda em seus mercados tradicionais.

Como todos sabem a elevada informalidade de setores importantes da economia na RD do Agreste, pode de certa forma, contribuir decisivamente para suavizar o impacto da recessão sobre a economia da região. No entanto mesmo na ausência de crise essas empresas, utilizam a informalidade como estratégia competitiva para reduzir custos de produção e sobressair diante da concorrência em seu mercado.

Ter um número significativo de empresas que vivem na informalidade e que elas não se sujeitam as mesmas regras da empresa formalizada (certos tributos, excesso de normas etc.) podem sob este ponto de vista atenuar a crise. De repente você começa a observar muitas pessoas trabalhando, não com emprego formal, mas trabalhando na informalidade. Essa característica do trabalho informal, com já mencionado é muito forte na RD, sobretudo, no comércio e setores de vestuários e confecções, setor esse que apresenta alto dinamismo e sendo importante agente de geração de renda direta e indiretamente. Existe a percepção de que as empresas informais são as mais resistentes em períodos de recessão da economia e também com remunerações menores.

Desta forma, a dinâmica que permitiu o crescimento e a solidificação do setor de vestuário e confecções na RD do Agreste é indissociável da informalidade e da multiplicação de micro e pequenas empresas. Se, por um lado, empresas informais, no estágio inicial de formação do setor, contribuíram para a geração de ganhos de competitividade, atualmente, concorrem com empresas formais no mercado local.

A questão aqui é que este cenário de informalidade pode ser até importante em momentos de crise, mas não se sustenta e nem é benéfico para a economia e a sociedade, pois além de não contribuir para a geração de receita direta para o governo para a realização de políticas públicas (principalmente geração de emprego e renda), age na contramão, pois cria uma concorrência desleal com as empresas formais que pagam impostos e, assim, sai prejudicadas por absorver esse custo adicional, o que não ocorre nas informais.

As empresas que buscam entrar em novos mercados precisam melhor qualificar a estrutura de seus negócios, o que inclui a formalização de suas atividades. Acontece que para essas empresas, os mercados recém-abertos representam apenas uma pequena fração de seus negócios, razão pela qual continuam a depender do mercado local, no qual compete com empresas informais, o que reduz boa parte dos benefícios da formalidade.

Neste sentido, percebe-se que a inserção do segmento de vestuário e confecções na RD do Agreste Central como fornecedor pleno do mercado nacional teria como requisito básico a formalização majoritária das empresas que dele participam. Portanto, um bom cenário econômico que pode ajudar no desenvolvimento da RD é fazer com que o segmento de vestuário e confecções amplie seus esforços para a implantação de um modelo de E-commerce; iniciativas para que os produtos locais sejam reconhecidos no mercado nacional; estabelecer vínculos comerciais com grandes grupos varejistas com atuação no mercado nacional; aumentar a eficiência na gestão comercial; ampliação de mercados, indo além do modelo de feira e da produção para atender a demanda por produtos populares e não menos importante que é a geração de inovação tecnológica para garantir a competitividade do setor.

O ambiente de negócios atual ainda não apresenta condições adequadas para a retomada da produção, em decorrência, sobretudo, das condições de crédito e reduzido consumo por parte dos agentes econômicos, principalmente as famílias. E as empresas, em resposta à crise econômica, inicialmente, procuraram cortar custos e reavaliar suas decisões de investimentos retardando ainda mais a retomada da economia local. Por outro lado, as empresas se encontram descapitalizadas, não somente em função da crise econômica, mas também pela dificuldade em acessar crédito bancário.

Com base nos indicadores gerados, há a percepção de que a RD do Agreste possui características endógenas que lhe possibilita reagir com rapidez à melhora no ambiente de negócios, pois, como já observado o crescimento real do PIB da RD durante o período analisado foi superior ao de Pernambuco.

O setor de serviços na RD do Agreste também é considerado de grande importância para a economia da região, cuja evolução dependeria em larga extensão do desempenho da indústria e da construção civil. Fica claro que o desenvolvimento da RD tem que passar também pelo setor de serviços, pois é onde se concentra a maior parcela das pessoas ocupadas formalmente e é o de maior participação no VAB. Políticas para este setor é fundamental, pois além de efeitos diretos, há também transbordamentos para outros setores dado a grande importância que tem na geração de renda e emprego.

No tocante a educação, o aumento dos gastos por aluno no ensino fundamental refletiu na melhora das notas do IDEB dos anos iniciais e finais. Assim, temos melhora no capital humano da região e isso é bastante importante, pois a partir da melhora no ensino e de um número maior de pessoas com educação, é possível ter uma mão de obra qualificada para que assim empresas com maior valor agregado (produtos) sejam atraídas para a RD. Além disso, alguns benefícios externos podem ser gerados pela educação, conhecidos como externalidades positivas, como exemplo- pessoas instruídas são mais tolerantes e participativas, menos violentas e tendem a cuidar mais da saúde, assim a partir dessa melhora na educação temos melhoras em alguns indicadores.

Há um outro polo muito importante na RD. O polo de baterias localizado em Belo Jardim que já é o maior da América Latina e, também está atuando em outras áreas, como a da construção civil. Este polo é fundamental no desenvolvimento da região. Neste sentido é importante que os governantes olhem com atenção para estes dois polos com o objetivo principal de promover o crescimento da RD.

Investimentos públicos/privados em outros setores também podem contribuir para o desenvolvimento da RD, como por exemplo, a geração de energia solar, utilizando a radiação solar quase que constante durante todo o ano.

O presente trabalho tomou por base apenas uma análise de dados secundários e revisão bibliográfica, porém não foram realizadas entrevistas, é necessário em oportunidade futura que sejam realizadas com os principais empresários, não somente ligados a vestuários/confecção, mas também de baterias e gestores podendo assim contribuir enormemente para tentar traçar um cenário mais concreto para a RD

REFERÊNCIAS

Barbosa Filho, F. e Pessoa, S. (2014). “Desaceleração Recente da Economia Brasileira. ” Publicado na coletânea “Sob a Luz do Sol”, Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP).

BARBOSA FILHO. A crise econômica de 2014/2017. Disponível em- < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0051.pdf>>. Acesso em- 15 de dezembro de 2019.

BCB. Relatório Focus. Disponível em-<<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>>. Acesso em- 15 de fevereiro. 2021

BDE. IDHM. Disponível em- <http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=785&Cod=3>. Acesso em- 10 de outubro. 2019

DATASUS. Metodologia Taxa de Mortalidade Infantil. Disponível em-<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqc01.htm>>. Acesso em- 10 de fevereiro. 2021

DATASUS. Nascidos Vivos. Disponível em-<<http://datasus.saude.gov.br/nascidos-vivos-1994-a-2017/>>. Acesso em- 10 de janeiro. 2021

DATASUS. Número de Leitos. Disponível em-<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leiintpe.def>>. Acesso em- 10 de janeiro. 2021

DATASUS. Óbitos Infantil. Disponível em- < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/inf10pe.def>>. Acesso em 20 janeiro. 2020.

FIRJAN. FIRJAN. Disponível em <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>>. Acesso em 15 janeiro. 2020.

FOCUS. Relatório Focus. Disponível em-<<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>>. Acesso em- 12 de julho de 2021.

Holland, M. (2017). “A matriz da discórdia”, Revista Conjuntura Econômica. p. 17-21, dezembro de 2017.

IBGE. CENSO. Disponível em- <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=26&dados=0>>. Acesso em- 05 de mar. 2020

IBGE. Estimativas de população. Disponível em-< <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>>. Acesso em- 10 de janeiro de 2021.

IBGE. PIB. Disponível em-< <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em- 10 de fevereiro de 2021.

IBGE. Taxa de Desocupação. Disponível em-< <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6397>>. Acesso em- 10 de dezembro de 2020.

IDEB. IDEB. Disponível em-<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3794029> >. Acesso em- 10 de janeiro. 2021

Matos, S. (2016). “A Desaceleração do Crescimento Brasileiro- Causas Externas ou Domésticas? ”. In.- BONELLI, R.; Veloso, F. (orgs.). A Crise de Crescimento do Brasil, Editora Elsevier.

MTE. Quantidade de Estabelecimentos por Empregados. Disponível em-<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em- 10 de fevereiro. 2021

MTE. Saldo do Emprego. Disponível em-<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em- 02 de julho de 2021.

O Crescimento da Economia Brasileira 2018-2023. Disponível em-https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf > Acesso em- 14 de dezembro. 2019

RIPSA. Metodologia Mortalidade. Disponível em-<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/pdf/2008/FichaA10.pdf> >. Acesso em- 10 de fevereiro. 2021

Schymura, L. G. (2017). “O rico debate sobre a nova matriz econômica no Blog do IBRE”, Carta da Conjuntura, Revista Conjuntura Econômica, p. 6-9, novembro de 2017.

SDS. Vítimas de Crimes Violentos e Letais Internacionais. Disponível em < https://www.sds.pe.gov.br/images/indicadores/CVLI/ANUAL_POR_MUNIC%C3%8DPIO_CVLI.pdf >. Acesso em 10 junho 2021.

SEBRAE. Conceito de Emprego. Disponível em-https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/MPE_conceito_empregados.pdf >. Acesso em- 10 de fevereiro. 2021

TESOURO. FPM E FPE. Disponível em-<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600-1>>. Acesso em- 10 de janeiro. 2021